

Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil

Suplemento I
Insegurança Alimentar nos estados



II VIGISAN

**Inquérito Nacional sobre
Insegurança Alimentar no
Contexto da Pandemia
da Covid-19 no Brasil**



Suplemento I

**Insegurança Alimentar
nos estados**

2022

FORMULAÇÃO, REALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Rede PENSSAN

Coordenador Renato S. Maluf
Vice-coordenadora Sandra Maria Chaves dos Santos

Coordenação executiva Renato S. Maluf
Sandra Maria Chaves dos Santos
Ana Maria Segall Côrrea
Daniela Sanches Frozi
Elaine Martins Pasquim
Nilson Maciel de Paula
Renato Carvalheira
Silvia Zimmermann
Veruska Prado Alexandre Weiss

Apoio de secretaria Ana Carolina Gaspar

GT Monitoramento – Relatoria

Ana Maria Segall Corrêa
Rosana Salles-Costa
Elaine Martins Pasquim
Anne Walleser Kepple

Mauro Eduardo Del Grossi
Juliana de Bem Lignani
Maria Angélica Tavares de Medeiros
Sandra Maria Chaves dos Santos

Silvia Aparecida Zimmermann
Nilson Maciel de Paula
Veruska Prado Alexandre-Weiss
Renato Maluf

GT Digital

Carol Gutierrez
Erika Azevedo
Marcel Verrumo
Débora Borges
Diego Cotta
Raphael Bandeira

GT Editorial

Willian Habermann
Manu Justo
Mohara Valle
Glauce Arzua
Maitê Gauto
Renato Carvalheira

GT Imprensa

Ana Carolina Morett
Matheus Vieira
Aline Ribemboim
Jorge Cordeiro
Vanessa Andrade

Edição

Revisão editorial: Claudia Cavalcanti
Identidade visual: Rodrigo Masuda
Projeto gráfico editorial: Nina Mattos
Diagramação: Nina Mattos e Rodrigo Masuda
Foto da capa: Alex Félix/Ação da Cidadania

ISBN: 978-65-87504-54-4

REALIZAÇÃO



EXECUÇÃO



PARCERIA DO II VIGISAN



act:onaid



APOIO



IBIRAPITANGA



Apresentação

É com muita satisfação que apresentamos o presente suplemento dedicado à análise, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, dos resultados do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede PENSSAN. A ampliação da amostra em relação ao I VIGISAN nos possibilitou oferecer esta relevante contribuição para a compreensão da diversidade de situações em um país tão heterogêneo como o Brasil.

A união de esforços entre pesquisadores da Rede PENSSAN, parceiros que nos apoiam nesta iniciativa, possibilitou atender, nesta segunda edição do VIGISAN, a grande demanda por apresentar resultados no âmbito estadual, recortados dos resultados nacionais, que ocorreu na esteira da enorme repercussão do I VIGISAN, divulgado em 2021. Trata-se de uma conquista que aprimora o monitoramento da Insegurança Alimentar no país, em um momento em que a situação se agrava de modo assombroso e quando faltam dados oficiais capazes de nortear as mobilizações e tomadas de decisão.

Na ótica da pesquisa cidadã que orienta a Rede, este produto objetiva também apoiar a atuação dos governos estaduais e das organizações e movimentos sociais no campo da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). **Vimos como o negacionismo científico, o negligenciamento das políticas públicas e a falta de ação coordenada da União com os estados e municípios ampliaram a relevância das iniciativas de âmbito estadual que, de resto, são importantes em si mesmas, em uma ótica de descentralização das políticas públicas.**

Os resultados muito negativos do crescimento da Insegurança Alimentar em âmbito nacional se espelha no que ocorre nos estados e no Distrito Federal – evidentemente, com variações de intensidade entre eles, porém, sem que a gravidade das mazelas da fome e das demais manifestações de Insegurança Alimentar deixasse de aparecer mesmo nas Unidades da Federação que habitualmente apresentam condições menos severas. As elevadas desigualdades sociais e os fatores de vulnerabilidade social que marcam a sociedade brasileira são encontrados em todas elas, com as particularidades que lhes são próprias.

Os resultados apresentados neste Suplemento não pretendem dar conta de todos os aspectos e determinantes envolvidos na realidade de cada um dos estados e do Distrito Federal; consistem, antes, em insumo para diagnósticos mais aprofundados sobre a situação em cada uma das unidades da federação. Assim, a Coordenação Executiva da Rede PENSSAN apresenta este conjunto de resultados como um convite às colegas pesquisadoras e aos colegas pesquisadores, aos gestores públicos, aos integrantes das organizações e movimentos sociais, bem como à toda sociedade, para análises, reflexões e estudos complementares, que possam contribuir com agendas voltadas à promoção da SSAN e garantia do DHAA para todos os brasileiros e brasileiras.

**Coordenação Executiva
Rede PENSSAN**



Sumário

- 3 Apresentação**
- 6 Lista de tabelas, figuras e quadros**
- 8 Lista de siglas e abreviaturas**
- 9 Resumo**
- 11 Introdução**
- 14 Métodos**
- 20 Resultados**
- 21 Perfil socioeconômico dos domicílios por estados segundo as macrorregiões
- 33 Situação da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar nos estados brasileiros
- 38 Indicadores sociodemográficos, benefícios sociais e suas relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
 - 39 Renda
 - 42 Situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios
 - 46 Escolaridade
 - 49 Presença de menores de 10 anos de idade
 - 51 Transferência de renda
 - 54 Endividamento
- 58 Considerações finais**
- 61 Referências**

Lista de tabelas, figuras e quadros

FIGURA 1 Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	34
FIGURA 2 Distribuição percentual de Insegurança Alimentar moderada + grave nos domicílios, segundo recebimento de transferência de renda pelos programas PBF/Auxílio Brasil, em domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	53
FIGURA 3 Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Norte e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	55
FIGURA 4 Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Nordeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	56
FIGURA 5 Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Centro-Oeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	56
FIGURA 6 Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Sudeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	57
FIGURA 7 Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Sul e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	57
QUADRO 1 Total de domicílios avaliados, segundo as Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	16
TABELA 1 Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Norte e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	22
TABELA 2 Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Nordeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	24
TABELA 3 Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Centro-Oeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	26
TABELA 4 Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Sudeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	28

Lista de tabelas, figuras e quadros

TABELA 5	30
Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Sul e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 6	36
Distribuição percentual de domicílios e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) e localização do domicílio, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 7	40
Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo classes de rendimento mensal domiciliar per capita, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 8	44
Prevalência de Segurança Alimentar + Insegurança Alimentar (IA) leve e IA moderada + grave nos domicílios, segundo situação de trabalho da pessoa de referência, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 9	47
Prevalência percentual de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo escolaridade da pessoa de referência, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 10	50
Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo presença de menores de 10 anos, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	

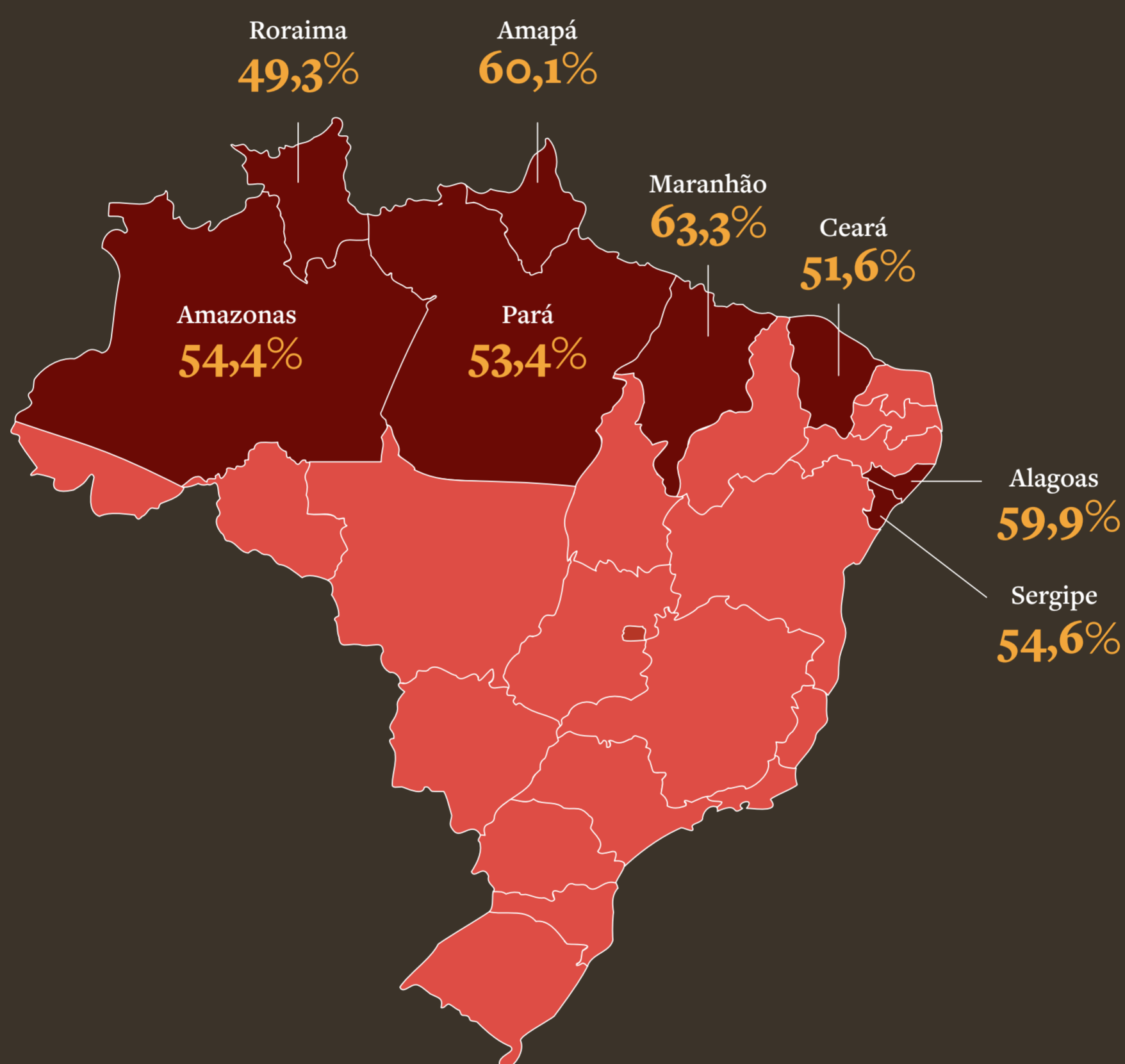
Lista de siglas e abreviaturas

DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PBF	Programa Bolsa Família
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SA	Segurança Alimentar
SA/IA	Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
SM	Salário mínimo
SMPC	Salário mínimo per capita
UF	Unidade Federativa
I VIGISAN	I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil
II VIGISAN	II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

Resumo

Neste Suplemento são detalhadas informações do II VIGISAN desagregadas para as condições de Segurança Alimentar e os níveis de Insegurança Alimentar dos domicílios das unidades federativas do Brasil. As análises abrangem uma amostra de 12.745 domicílios localizados em áreas urbanas e rurais, sendo que, por questões amostrais, não é possível apresentar resultados que diferenciem zona urbana e rural neste nível de desagregação. A amostra se distribui em 577 municípios localizados nas cinco macrorregiões brasileiras e contemplam os 26 estados e o Distrito Federal. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2021 e abril de 2022. Os resultados mostram desigualdades sociais e de acesso aos alimentos não apenas entre as macrorregiões, mas também entre os estados de uma mesma macrorregião. Da população que convive com a fome na região Norte, a maioria (2,6 milhões) está no estado do Pará, enquanto que na região Nordeste 2,4 milhões vivem no Ceará; 2,1 milhões no Maranhão; o mesmo número em Pernambuco; e 1,7 milhões na Bahia. O Sudeste, macrorregião mais populosa do país, tem o maior contingente de pessoas em situação de fome, das quais 6,8 milhões estão em São Paulo e 2,7 milhões no estado do Rio de Janeiro. Os resultados indicam ainda que, em todos os estados, as famílias mais vulneráveis à Insegurança Alimentar moderada e grave são aquelas com renda inferior a 1/2 SMPC, cujas pessoas de referência estão desempregadas ou em condição de trabalho precária, além de apresentarem baixa escolaridade. O alto endividamento das famílias também comprometeu a capacidade de acesso aos alimentos.

Chama atenção a proporção de Insegurança Alimentar moderada e grave, acima de 30,0%, nos domicílios com presença de menores de 10 anos, sobretudo, nos estados do Maranhão (63,3%), Amapá (60,1%), Alagoas (59,9%), Sergipe (54,6%), Amazonas (54,4%), Pará (53,4%), Ceará (51,6%) e Roraima (49,3%).



Deve-se ressaltar que as diferenças entre os estados estão ligadas às distintas manifestações de desigualdades sociais, que são conseqüências dos já conhecidos processos históricos que moldaram as dinâmicas populacionais e estruturas socioeconômicas e políticas do país. Os resultados aqui descritos podem subsidiar análises das realidades particulares de cada região e dos estados brasileiros e, conseqüentemente, servir de base para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

Introdução

Introdução

Como desdobramento do **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN 7)**, este Suplemento contém dados relativos às condições de SA e níveis IA nos estados da Federação e Distrito Federal. Os resultados permitem estabelecer comparações sobre as condições diferenciadas de SA/IA associadas a um conjunto de indicadores sociodemográficos relacionados com o fenômeno – tais como renda familiar, desemprego, relações de trabalho e grau de escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio, além da ocorrência de endividamento da família.







É reconhecido que muitos outros indicadores sociais interagem com a SA/IA. No II VIGISAN, são destacadas variáveis relacionadas, por exemplo, ao gênero, raça/cor e insegurança hídrica, todas com impacto importante na condição de acesso aos alimentos nos domicílios. Exatamente pela relevância desses e de outros indicadores e pelas especificidades requeridas nas análises, algumas destas relações serão abordadas e aprofundadas em publicações posteriores.

Apesar de o Brasil dispor de informações sobre as condições de acesso aos alimentos, desagregadas por estados e pelo Distrito Federal, por meio das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE), desde 2004, e, mais recentemente, pela Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (POF/IBGE), as informações contidas neste Suplemento do II VIGISAN são as primeiras relativas ao período da pandemia da Covid-19.



As conclusões do I e do II inquéritos sobre a IA no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN-2021; II VIGISAN-2022) atestam que a emergência sanitária subsequente à pandemia agravou as condições sociais da população brasileira, as quais já vinham sendo documentadas pelo IBGE desde final de 2015.¹



A Rede PENSSAN e outras organizações, embora utilizando diferentes métodos, documentaram piora nas condições de acesso aos alimentos da maioria das famílias brasileiras, com o surgimento da pandemia da COVID 19, em 2020. Indiscutivelmente, a pandemia agravou o quadro de crescente aumento da insegurança alimentar ao se sobrepor às crises política, econômica e social, que lhe eram anteriores. Nesse contexto trágico, as desigualdades se aprofundaram e a fome volta ao cenário nacional como um problema social de dimensões nacionais e não mais restrito a grupos historicamente vulneráveis, em regiões específicas.

Neste Suplemento, são apresentados os níveis de SA/IA e as condições sociais associadas, assim como são reveladas as desigualdades entre os estados de uma mesma macrorregião. A heterogeneidade das condições de acesso aos alimentos observada dentro das macrorregiões, bem como dos indicadores sociais que a explicam, remete ao questionamento sobre as opções históricas de desenvolvimento do país, tanto em âmbito nacional como estadual. Impõem-se, assim, a necessidade de revisão das políticas públicas existentes, as quais, mesmo mantendo a universalidade, devem ser sensíveis às necessidades e particularidades locais.

1 Em: Salles-Costa et al, 2022; IBGE 2021; Del Grossi et al, 2019; Dos Santos et al, 2018.



Métodos

Métodos

As análises abrangem 12.745 domicílios do total de 12.747 amostrados, localizados nas cinco macrorregiões brasileiras, nos 26 estados e Distrito Federal, e em 577 municípios, com suas áreas urbanas e rurais. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2021 e abril de 2022. O **Quadro 1** [↗](#) apresenta a distribuição da amostra de domicílios do II VIGISAN por Unidade da Federação brasileira; cada uma delas representa uma proporção do total de suas populações, sem discriminar resultados por domicílios urbanos e rurais por questões amostrais. Sempre que o número de domicílios analisados nas categorias de SA ou de IA grave era inferior a 10, optou-se por agregá-las, conforme demonstrado nas tabelas e figuras deste Suplemento, sendo a opção por esse limite assumida pela margem de erro, que oscila em torno de 4,0% nos diferentes estados. Essa agregação também foi adotada em algumas dimensões analisadas, tais como renda familiar em múltiplos de SMPC, escolaridade do chefe da família, tipo de ocupação e outros marcadores sociais, com o intuito de explicitar, com a devida representatividade, as relações com a IA (e suas categorias de severidade), foco dos Inquéritos VIGISAN. O detalhamento do procedimento amostral pode ser consultado **no relatório geral da pesquisa.** [↗](#)



As análises abrangem

12.745
domicílios

27
Unidades da Federação

577
municípios

A coleta de dados ocorreu entre Novembro de 2021 e Abril de 2022



QUADRO 1

Total de domicílios avaliados, segundo as Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.


voltar ao texto 

Estados e Distrito Federal	Total de domicílios avaliados
Acre	411
Alagoas	451
Amapá	404
Amazonas	460
Bahia	510
Ceará	506
Distrito Federal	468
Espírito Santo	506
Goiás	504
Maranhão	503
Mato Grosso	457
Mato Grosso do Sul	450
Minas Gerais	502
Pará	502
Paraíba	500
Paraná	501
Pernambuco	518
Piauí	452
Rio de Janeiro	504
Rio Grande do Norte	461
Rio Grande do Sul	518
Rondônia	390
Roraima	402
Santa Catarina	506
São Paulo	510
Sergipe	450
Tocantins	401
Total BRASIL	12.747²

A seleção dos domicílios ocorreu em três estágios: 1) seleção probabilística dos municípios; 2) seleção aleatória dos setores censitários do IBGE; 3) seleção aleatória dos domicílios – foram incluídos, aproximadamente, oito domicílios por setor censitário selecionado em cada estado. As entrevistas foram conduzidas com moradores de idade igual ou superior a 18 anos, e preferencialmente com a pessoa de referência no domicílio (também denominada “chefe”), por meio da aplicação face a face de questionário composto por perguntas com respostas pré-definidas, exceto para a pergunta sobre rendimentos totais dos domicílios, cuja resposta foi registrada, espontaneamente, em reais (moeda nacional).

² Dois domicílios foram excluídos por problemas no preenchimento do questionário nas análises de dados, de modo que a amostra final analisada foi composta por 12.745 domicílios.



O relatório geral do II VIGISAN  para o Brasil e regiões apresenta informações sobre o domicílio (localização geográfica e tipo); renda e experiência familiar sobre a pandemia da Covid-19; experiência do/a entrevistado/a e das famílias em relação à Covid-19; SA e níveis de IA no domicílio; Segurança e Insegurança Hídrica no domicílio; acesso às políticas públicas; apoio social; e indicadores de alimentação. Durante a entrevista, procurou-se listar todos os moradores dos domicílios, o que permitiu registrar o perfil sociodemográfico segundo sexo, idade, escolaridade, raça/cor da pele autorreferida e ocupação – esta última condição para aqueles com 14 anos ou mais de idade.



As entrevistas foram conduzidas após leitura e assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado com o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAEE 30679914.0.0000.5257). Ao final do período de realização das entrevistas, foram feitas análises de consistência dos dados, com a revisão e as correções necessárias.



A SA e os níveis de IA foram obtidos pela aplicação da versão de oito perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), relativas às experiências nos três meses anteriores à realização das entrevistas. Respostas afirmativas às perguntas da EBIA significam a ocorrência, no domicílio, de comportamentos e experiências que evidenciam a severidade da condição de IA. Para a estratificação da SA/IA dos domicílios, atribui-se um ponto para cada resposta afirmativa às perguntas do questionário, sendo o escore domiciliar correspondente à soma desses pontos, variando em uma amplitude de 0 a 8. Quanto maior a pontuação, mais acentuada é a condição de IA. Itens da escala não respondidos invalidam a medida da IA para aquele domicílio.



Dessa forma, os domicílios são categorizados em SA e em três níveis de IA, a saber:

Segurança Alimentar:

A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

IA leve:

Preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

IA moderada:

Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de alimentos.

IA grave:

Fome (sentir fome e não comer por falta de dinheiro para comprar alimentos; fazer apenas uma refeição ao dia, ou ficar o dia inteiro sem comer).



Para a análise das relações da SA/IA com alguns indicadores sociodemográficos e benefícios sociais, verificou-se a necessidade de reagrupamento das categorias de SA/IA em razão do número insuficiente de domicílios por nível de IA. Assim, optou-se por juntar, em algumas análises, a SA com a IA leve, e a IA moderada com a IA grave.

Quando reagrupadas dessa maneira, as categorias devem ser interpretadas da seguinte forma:

Segurança Alimentar + IA leve:

agrega a SA à incerteza do acesso aos alimentos, além de indicar comprometimento da qualidade da alimentação (IA leve).

Essa análise permite comparar a relação dos indicadores aqui apresentados entre dois grupos de famílias: aquelas que ainda não tiveram restrição quantitativa dos alimentos com as que já apresentam as formas mais severas de IA (IA moderada + grave).

IA moderada + IA grave:

considera as formas mais severas de IA na mesma categoria de análise, caracterizada como restrição moderada ou grave aos alimentos; ou seja, inclui, na mesma categoria, os domicílios com qualidade de alimentação e quantidade de alimentos comprometidas, e os que estão enfrentando a fome.

A análise dos dados deste Suplemento tem base descritiva com aporte de informações sobre o acesso aos alimentos expresso pela classificação da SA/IA por macrorregião do Brasil, estados e Distrito Federal. **Seguindo a linha de análise do II VIGISAN, buscou-se, juntamente com as já referidas desigualdades regionais de acesso aos alimentos, destacar diferenças existentes entre estados de uma mesma macrorregião.** Buscou-se, também, dar visibilidade a essas diferenças, por meio da distribuição da SA e dos níveis de IA, segundo indicadores sociodemográficos dos domicílios e de suas pessoas de referência, tais como renda familiar per capita mensal em múltiplos de SMPC, situação de trabalho e escolaridade da pessoa de referência dos domicílios e presença de moradores menores de 10 anos de idade, além de acesso a programas sociais de transferência de renda e o endividamento das famílias, como uma das consequências da pandemia.



Resultados

Resultados

Perfil socioeconômico dos domicílios por estados segundo as macrorregiões

Os resultados apresentados neste Suplemento refletem as desigualdades regionais relativas à capacidade das famílias de acesso aos alimentos registradas no relatório do II VIGISAN, e evidenciam diferenças substanciais entre os estados no interior de cada macrorregião do país. Ainda, são apresentadas as características populacionais definidas por indicadores selecionados que melhor explicam as variações no padrão de acesso aos alimentos, dentre eles rendimentos familiares; escolaridade; condições de emprego e trabalho da pessoa responsável pela família; existência de crianças no domicílio; endividamento das famílias; e acesso aos programas atuais de transferência de renda. Sabendo, portanto, que SA/IA possuem múltiplos determinantes, é forçoso reconhecer que a renda familiar se destaca como um forte condicionante da capacidade de acesso aos alimentos.

Os dados relativos a este indicador revelam diferenças visíveis entre os estados que compõem as macrorregiões, demonstrando que estas não são espaços homogêneos, do ponto de vista das condições de vida. Assim, na região Norte, enquanto em Rondônia 7,4% das famílias estão situadas na faixa de rendimento de até 1/4 de SMPC, em Roraima esta proporção alcança 30,3%; no Pará, 34,0%; e no Amapá, 32,7%, níveis superiores às médias regional e nacional (**Tabela 1 ↗**). Tal discrepância é também observada na região Nordeste, uma vez que a proporção de famílias com renda de até 1/4 de SMPC é de 43,7% em Alagoas, enquanto em Sergipe é de apenas 6,0% (**Tabela 2 ↗**). No Centro-Oeste, os dados extremos se destacam nas proporções observadas entre Mato Grosso (16,9%) e o Distrito Federal (9,0%) (**Tabela 3 ↗**); na região Sudeste, o Rio de Janeiro (17,1%) e o Espírito Santo (5,4%) foram os estados mais discrepantes com relação à menor faixa de renda (1/4 de SMPC) (**Tabela 4 ↗**). Da mesma forma, na Região Sul, a proporção de famílias nessa faixa de renda variou entre os extremos representados pelos estados do Rio Grande do Sul (12,7%) e Santa Catarina (2,0%). Outras condições sociais, demográficas e de saúde estão descritas em detalhe nas **Tabelas 1 a 5 ↗**.



TABELA 1

Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Norte e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	NORTE (%)	Rondônia (%)	Acre (%)	Amazonas (%)	Roraima (%)	Pará (%)	Amapá (%)	Tocantins (%)
Domicílio									
Renda domiciliar per capita mensal	(n=12.724)	(n=2.965)	(n=390)	(n=411)	(n=460)	(n=400)	(n=500)	(n=404)	(n=400)
Até 1/4 de SMPC	14,5	27,1	7,4	13,1	28,0	30,3	34,0	32,7	19,5
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	22,2	27,5	20,0	26,0	27,2	28,8	28,4	34,4	30,3
Mais de 1/2 até 1SMPC	32,9	27,5	33,6	34,8	23,0	22,5	26,4	20,5	35,3
Mais de 1 SMPC	30,5	17,9	39,0	26,0	21,7	18,5	11,2	12,4	15,0
Nº de moradores	(n=12.747)	(n=2.970)	(n=390)	(n=411)	(n=460)	(n=400)	(n=502)	(n=403)	(n=400)
< 3 moradores	50,7	37,3	65,4	44,8	45,2	26,6	27,7	28,0	37,7
3-4 moradores	38,4	41,9	31,5	48,9	34,1	46,5	45,8	46,5	44,1
> 4 moradores	10,9	20,8	3,1	6,3	20,7	26,9	26,5	25,5	18,2
Composição domiciliar	(n=12.747)	(n=2.970)	(n=390)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=502)	(n=404)	(n=401)
Presença de menores de 10 anos	25,0	34,2	19,7	31,1	30,2	37,8	38,7	44,1	34,4
Desemprego	(n=12.743)	(n=2.969)	(n=390)	(n=411)	(n=459)	(n=402)	(n=502)	(n=404)	(n=401)
Sem desempregado/a	78,8	75,3	84,1	68,1	69,3	78,4	76,1	62,1	81,1
Ao menos 1 desempregado/a	21,2	24,7	15,9	31,9	30,7	21,6	23,9	37,9	19,0
Efeito da pandemia nas condições financeiras	(n=11.980)	(n=2.829)	(n=359)	(n=378)	(n=439)	(n=374)	(n=481)	(n=399)	(n=399)
Endividamento de moradores	41,6	46,7	36,2	50,5	52,6	50,0	48,2	54,6	33,8

* Baixa frequência na amostra



CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	NORTE (%)	Rondônia (%)	Acre (%)	Amazonas (%)	Roraima (%)	Pará (%)	Amapá (%)	Tocantins (%)
Benefícios (domicílios com renda per capita ≤ 1/2 SM)									
Recebeu auxílio emergencial federal	(n=5.232)	(n=1.524)	(n=101)	(n=161)	(n=251)	(n=236)	(n=311)	(n=268)	(n=196)
Sim	56,2	64,6	59,4	47,8	64,9	51,7	68,2	67,2	55,6
Recebeu PBF/Auxílio Brasil	(n=5.242)	(n=1.525)	(n=106)	(n=161)	(n=252)	(n=234)	(n=303)	(n=270)	(n=199)
Sim	43,6	50,5	34,9	50,3	56,4	38,0	51,8	57,8	40,7
Covid-19 no domicílio									
Óbito de algum/a morador/a	(n=12.734)	(n=2.965)	(n=390)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=502)	(n=404)	(n=401)
Sim	6,0	4,4	6,9	7,3	4,1	6,0	3,6	9,4	2,5*
Diagnóstico confirmado de algum/a morador/a	(n=12.721)	(n=2.967)	(n=389)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=501)	(n=404)	(n=400)
Sim	31,5	43,3	43,4	56,5	43,3	64,7	42,1	46,3	35,0
Pessoa de referência/ responsável pelo domicílio									
Sexo	(n=12.722)	(n=2.967)	(n=390)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=502)	(n=401)	(n=401)
Masculino	51,2	58,6	52,1	49,6	49,8	48,3	64,9	50,6	64,8
Feminino	48,8	41,4	48,0	50,4	50,2	51,7	35,1	49,4	35,2
Raça/cor da pele	(n=12.208)	(n=2.834)	(n=380)	(n=382)	(n=432)	(n=380)	(n=494)	(n=395)	(n=371)
Branca	36,5	17,4	23,7	19,6	13,7	17,1	17,6	13,7	16,7
Preta/parda	63,6	82,6	76,3	80,4	86,3	82,9	82,4	86,3	83,3
Escolaridade	(n=12.733)	(n=2.962)	(n=390)	(n=411)	(n=459)	(n=402)	(n=502)	(n=397)	(n=401)
Sem escolaridade/ Até 8 anos de estudo	47,1	49,1	40,8	39,9	35,7	32,6	58,6	41,6	53,6
Mais de 8 anos de estudo	52,9	50,9	59,2	60,1	64,3	67,4	41,4	58,4	46,4
Ocupação	(n=12.735)	(n=2.966)	(n=390)	(n=411)	(n=458)	(n=402)	(n=501)	(n=404)	(n=400)
Agricultor/a	3,0	4,5	3,9	2,4*	6,8	2,5*	4,4	1,0*	4,5
Trabalhador/a informal	17,8	24,4	19,7	19,0	13,1	18,9	32,5	22,3	19,8
Trabalhador/a formal	25,2	20,7	30,0	28,2	12,9	25,4	20,4	16,3	24,3
Trabalhador/a autônomo/a	16,3	14,1	20,0	14,1	27,1	21,6	5,8	21,3	15,5
Desempregado/a	7,9	8,3	6,4	9,7	14,0	5,2	6,6	11,1	6,5
Outros	29,7	27,9	20,0	26,5	26,2	26,4	30,3	28,0	29,5

* Baixa frequência na amostra



TABELA 2

Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Nordeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	NORDESTE (%)	Maranhão (%)	Piauí (%)	Ceará (%)	Rio Grande do Norte (%)	Paraíba (%)	Pernambuco (%)	Alagoas (%)	Sergipe (%)	Bahia (%)
Domicílio											
Renda domiciliar per capita mensal	(n=12.724)	(n=4.343)	(n=498)	(n=450)	(n=506)	(n=461)	(n=500)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=509)
Até 1/4 de SMPC	14,5	20,0	23,5	20,0	30,6	10,9	14,0	15,6	43,7	6,0	15,9
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	22,2	29,3	32,1	35,1	34,2	26,9	25,2	28,2	33,9	27,1	25,9
Mais de 1/2 até 1 SMPC	32,9	33,6	28,9	30,7	29,8	36,9	32,0	32,1	18,6	49,1	39,9
Mais de 1 SMPC	30,5	17,0	15,5	14,2	5,3	25,4	28,8	24,1	3,8	17,8	18,3
Nº de moradores	(n=12.747)	(n=4.351)	(n=503)	(n=452)	(n=506)	(n=461)	(n=500)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
< 3 moradores	50,7	55,2	48,1	67,3	44,1	65,1	64,2	58,3	36,4	67,3	57,7
3-4 moradores	38,4	35,3	39,8	23,7	41,9	28,9	30,2	34,2	45,5	30,2	34,3
> 4 moradores	10,9	9,5	12,1	9,1	14,0	6,1	5,6	7,5	18,2	2,4	8,0
Composição domiciliar	(n=12.747)	(n=4.351)	(n=503)	(n=452)	(n=506)	(n=461)	(n=500)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
Presença de menores de 10 anos	25,0	23,7	26,2	16,2	25,3	19,1	16,0	22,6	38,1	19,6	24,5
Desemprego	(n=12.743)	(n=4.351)	(n=503)	(n=452)	(n=506)	(n=461)	(n=500)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
Sem desempregado/a	78,8	78,4	79,3	83,4	77,1	79,2	79,4	80,1	72,1	76,7	77,7
Ao menos 1 desempregado/a	21,2	21,6	20,7	16,6	22,9	20,8	20,6	19,9	27,9	23,3	22,4
Efeito da pandemia nas condições financeiras	(n=11.980)	(n=3.909)	(n=495)	(n=441)	(n=470)	(n=407)	(n=403)	(n=499)	(n=438)	(n=328)	(n=428)
Endividamento de moradores	41,6	46,0	36,2	45,6	42,8	29,7	46,2	51,9	57,5	54,0	48,6

* Baixa frequência na amostra



CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	NORDESTE (%)	Maranhão (%)	Piauí (%)	Ceará (%)	Rio Grande do Norte (%)	Paraíba (%)	Pernambuco (%)	Alagoas (%)	Sergipe (%)	Bahia (%)
Benefícios (domicílios com renda per capita ≤ 1/2 SM)											
Recebeu auxílio emergencial federal	(n=5.232)	(n=2.146)	(n=274)	(n=248)	(n=327)	(n=173)	(n=193)	(n=226)	(n=348)	(n=148)	(n=209)
Sim	56,2	56,5	59,1	53,2	51,4	65,3	59,1	54,0	51,7	54,1	62,2
Recebeu PBF/Auxílio Brasil	(n=5.242)	(n=2.152)	(n=270)	(n=248)	(n=328)	(n=174)	(n=195)	(n=226)	(n=350)	(n=149)	(n=212)
Sim	43,6	52,0	49,3	63,7	51,2	47,1	61,5	53,5	58,9	45,6	46,7
Covid-19 no domicílio											
Óbito de algum/a morador/a	(n=12.734)	(n=4.348)	(n=503)	(n=452)	(n=506)	(n=461)	(n=497)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
Sim	6,0	5,1	1,8*	10,0	6,1	11,5	7,9	4,3	3,3	10,7	2,9
Diagnóstico confirmado de algum/a morador/a	(n=12.721)	(n=4.347)	(n=502)	(n=452)	(n=506)	(n=461)	(n=497)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
Sim	31,5	29,6	32,3	28,5	26,7	33,2	34,0	30,9	22,0	55,3	25,7
Pessoa de referência/ responsável pelo domicílio											
Sexo	(n=12.722)	(n=4.339)	(n=503)	(n=451)	(n=505)	(n=459)	(n=499)	(n=515)	(n=448)	(n=449)	(n=510)
Masculino	51,2	51,0	50,5	39,3	37,0	43,4	64,1	53,8	42,6	49,2	60,0
Feminino	48,8	49,0	49,5	60,8	63,0	56,6	35,9	46,2	57,4	50,8	40,0
Raça/cor da pele	(n=12.208)	(n=4.129)	(n=454)	(n=422)	(n=483)	(n=439)	(n=490)	(n=476)	(n=428)	(n=440)	(n=497)
Branca	36,5	18,9	21,4	12,8	19,7	27,1	26,9	24,8	22,7	8,4	12,3
Preta/parda	63,6	81,1	78,6	87,2	80,3	72,9	73,1	75,2	77,3	91,6	87,7
Escolaridade	(n=12.733)	(n=4.350)	(n=503)	(n=451)	(n=506)	(n=461)	(n=500)	(n=518)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
Sem escolaridade/ Até 8 anos de estudo	47,1	50,3	56,7	58,8	72,1	49,0	40,8	35,7	67,9	40,4	43,1
Mais de 8 anos de estudo	52,9	49,7	43,3	41,2	27,9	51,0	59,2	64,3	32,2	59,6	56,9
Ocupação	(n=12.735)	(n=4.348)	(n=502)	(n=451)	(n=506)	(n=461)	(n=500)	(n=517)	(n=451)	(n=450)	(n=510)
Agricultor/a	3,0	7,1	5,0	6,7	8,3	4,3	4,6	4,6	2,7	2,4	11,6
Trabalhador/a informal	17,8	20,6	20,9	12,6	11,5	24,1	27,6	25,5	16,9	37,8	20,0
Trabalhador/a formal	25,2	22,8	15,9	8,9	11,1	25,0	30,6	35,0	12,6	33,3	25,5
Trabalhador/a autônomo/a	16,3	11,5	12,2	10,2	14,6	13,9	8,0	10,6	7,3	4,9	12,4
Desempregado/a	7,9	7,7	6,8	8,0	7,1	7,4	9,2	6,0	12,0	5,3	8,4
Outros	29,7	30,5	39,2	53,7	47,4	25,4	20,0	18,2	48,6	16,2	22,2

* Baixa frequência na amostra

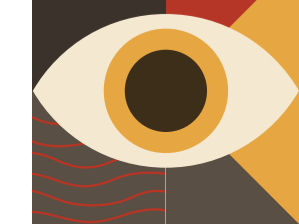


TABELA 3

Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Centro-Oeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	CENTRO-OESTE (%)	Mato Grosso do Sul (%)	Mato Grosso (%)	Goiás (%)	Distrito Federal (%)
Domicílio						
Renda domiciliar per capita mensal	(n=12.724)	(n=1.879)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=468)
Até 1/4 de SMPC	14,5	11,9	16,0	16,9	9,1	9,0
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	22,2	22,0	27,1	22,8	22,8	14,3
Mais de 1/2 até 1SMPC	32,9	37,3	34,2	39,0	39,5	32,9
Mais de 1 SMPC	30,5	28,8	22,7	21,4	28,6	43,8
Nº de moradores	(n=12.747)	(n=1.879)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=468)
< 3 moradores	50,7	49,8	47,6	46,8	52,6	48,5
3-4 moradores	38,4	38,2	40,2	37,2	37,9	38,0
> 4 moradores	10,9	12,1	12,2	16,0	9,5	13,5
Composição domiciliar	(n=12.747)	(n=1.879)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=468)
Presença de menores de 10 anos	25,0	27,3	30,0	32,6	23,8	27,1
Desemprego	(n=12.743)	(n=1.878)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=467)
Sem desempregado/a	78,8	85,0	89,8	86,2	84,9	79,0
Ao menos 1 desempregado/a	21,2	15,0	10,2	13,8	15,1	21,0
Efeito da pandemia nas condições financeiras	(n=11.980)	(n=1.831)	(n=445)	(n=444)	(n=487)	(n=455)
Endividamento de moradores	41,6	41,2	40,0	34,9	38,8	55,6

* Baixa frequência na amostra



CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	CENTRO-OESTE (%)	Mato Grosso do Sul (%)	Mato Grosso (%)	Goiás (%)	Distrito Federal (%)
Benefícios (domicílios com renda per capita ≤ 1/2 SM)						
Recebeu auxílio emergencial federal	(n=5.232)	(n=641)	(n=194)	(n=181)	(n=157)	(n=109)
Sim	56,2	58,9	63,9	57,5	52,9	72,5
Recebeu PBF/Auxílio Brasil	(n=5.242)	(n=643)	(n=193)	(n=181)	(n=161)	(n=108)
Sim	43,6	35,8	36,3	38,1	32,9	39,8
Covid-19 no domicílio						
Óbito de algum/a morador/a	(n=12.734)	(n=1.879)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=468)
Sim	6,0	5,0	4,2	1,8*	6,0	7,3
Diagnóstico confirmado de algum/a morador/a	(n=12.721)	(n=1.878)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=467)
Sim	31,5	33,0	26,2	32,2	30,0	47,8
Pessoa de referência/ responsável pelo domicílio						
Sexo	(n=12.722)	(n=1.877)	(n=450)	(n=456)	(n=503)	(n=468)
Masculino	51,2	45,2	38,2	32,9	56,5	38,9
Feminino	48,8	54,9	61,8	67,1	43,5	61,1
Raça/cor da pele	(n=12.208)	(n=1.798)	(n=426)	(n=444)	(n=485)	(n=443)
Branca	36,5	30,7	32,2	20,7	33,0	35,7
Preta/parda	63,6	69,3	67,8	79,3	67,0	64,3
Escolaridade	(n=12.733)	(n=1.878)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=467)
Sem escolaridade/ Até 8 anos de estudo	47,1	50,6	54,9	58,6	52,0	33,4
Mais de 8 anos de estudo	52,9	49,4	45,1	41,4	48,0	66,6
Ocupação	(n=12.735)	(n=1.878)	(n=450)	(n=457)	(n=504)	(n=467)
Agricultor/a	3,0	1,3	3,6	0,4*	1,2*	0,2*
Trabalhador/a informal	17,8	19,2	15,1	19,3	22,4	15,2
Trabalhador/a formal	25,2	22,0	23,1	21,7	19,6	27,0
Trabalhador/a autônomo/a	16,3	17,2	18,0	8,8	19,8	19,9
Desempregado/a	7,9	5,9	3,8	7,0	5,2	8,6
Outros	29,7	34,5	36,4	42,9	31,8	29,1

* Baixa frequência na amostra



TABELA 4

Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Sudeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	SUDESTE (%)	Minas Gerais (%)	Espírito Santo (%)	Rio de Janeiro (%)	São Paulo (%)
Domicílio						
Renda domiciliar per capita mensal	(n=12.724)	(n=2.016)	(n=502)	(n=503)	(n=503)	(n=508)
Até 1/4 de SMPC	14,5	11,9	10,0	5,4	17,1	11,2
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	22,2	20,1	17,5	16,5	26,4	19,1
Mais de 1/2 até 1SMPC	32,9	33,7	37,1	43,3	33,6	31,3
Mais de 1 SMPC	30,5	34,3	35,5	34,8	22,9	38,4
Nº de moradores	(n=12.747)	(n=2.022)	(n=502)	(n=506)	(n=504)	(n=510)
< 3 moradores	50,7	48,6	48,6	56,9	48,4	48,0
3-4 moradores	38,4	40,5	40,8	36,2	38,7	41,4
> 4 moradores	10,9	10,9	10,6	6,9	12,9	10,6
Composição domiciliar	(n=12.747)	(n=2.022)	(n=502)	(n=506)	(n=504)	(n=510)
Presença de menores de 10 anos	25,0	24,5	22,1	24,1	27,4	24,5
Desemprego	(n=12.743)	(n=2.021)	(n=502)	(n=506)	(n=503)	(n=510)
Sem desempregado/a	78,8	76,0	85,3	85,6	73,6	71,8
Ao menos 1 desempregado/a	21,2	24,0	14,7	14,4	26,4	28,2
Efeito da pandemia nas condições financeiras	(n=11.980)	(n=1.954)	(n=498)	(n=492)	(n=495)	(n=469)
Endividamento de moradores	41,6	40,6	34,3	29,7	44,2	43,1



CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	SUDESTE (%)	Minas Gerais (%)	Espírito Santo (%)	Rio de Janeiro (%)	São Paulo (%)
Benefícios (domicílios com renda per capita ≤ 1/2 SM)						
Recebeu auxílio emergencial federal	(n=5.232)	(n=618)	(n=138)	(n=110)	(n=218)	(n=152)
Sim	56,2	52,4	55,1	60,0	59,2	46,7
Recebeu PBF/Auxílio Brasil	(n=5.242)	(n=619)	(n=137)	(n=110)	(n=219)	(n=153)
Sim	43,6	36,2	35,8	31,8	46,1	30,7
Covid-19 no domicílio						
Óbito de algum/a morador/a	(n=12.734)	(n=2.020)	(n=501)	(n=505)	(n=504)	(n=510)
Sim	6,0	6,0	3,6	3,4	3,0	8,6
Diagnóstico confirmado de algum/a morador/a	(n=12.721)	(n=2.021)	(n=501)	(n=506)	(n=504)	(n=510)
Sim	31,5	30,0	25,0	35,0	28,6	32,6
Pessoa de referência/ responsável pelo domicílio						
Sexo	(n=12.722)	(n=2.017)	(n=499)	(n=505)	(n=503)	(n=510)
Masculino	51,2	49,8	53,9	56,4	46,5	48,6
Feminino	48,8	50,2	46,1	43,6	53,5	51,4
Raça/cor da pele	(n=12.208)	(n=1.962)	(n=491)	(n=485)	(n=487)	(n=499)
Branca	36,5	40,7	37,9	41,9	31,2	45,7
Preta/parda	63,6	59,3	62,1	58,1	68,8	54,3
Escolaridade	(n=12.733)	(n=2.018)	(n=502)	(n=506)	(n=503)	(n=507)
Sem escolaridade/ Até 8 anos de estudo	47,1	43,4	50,2	32,6	50,1	38,3
Mais de 8 anos de estudo	52,9	56,7	49,8	67,4	49,9	61,7
Ocupação	(n=12.735)	(n=2.019)	(n=502)	(n=505)	(n=503)	(n=509)
Agricultor/a	3,0	1,0	1,8*	4,0	0,0	0,8*
Trabalhador/a informal	17,8	14,0	14,5	23,4	9,2	14,9
Trabalhador/a formal	25,2	26,2	32,7	29,5	18,1	26,1
Trabalhador/a autônomo/a	16,3	20,4	17,3	15,8	26,6	19,7
Desempregado/a	7,9	9,2	6,0	6,5	10,1	10,6
Outros	29,7	29,2	27,7	20,8	36,0	27,9



TABELA 5

Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Sul e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	SUL (%)	Paraná (%)	Santa Catarina (%)	Rio Grande do Sul (%)
Domicílio					
Renda domiciliar per capita mensal	(n=12.724)	(n=1.521)	(n=501)	(n=502)	(n=518)
Até 1/4 de SMPC	14,5	8,2	7,0	2,0*	12,7
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	22,2	13,8	19,4	5,0	13,5
Mais de 1/2 até 1SMPC	32,9	29,5	35,1	27,3	25,5
Mais de 1 SMPC	30,5	48,5	38,5	65,7	48,3
Nº de moradores	(n=12.747)	(n=1.525)	(n=501)	(n=506)	(n=518)
< 3 moradores	50,7	55,4	44,9	64,2	60,0
3-4 moradores	38,4	36,2	42,3	30,0	34,0
> 4 moradores	10,9	8,4	12,8	5,7	6,0
Composição domiciliar	(n=12.747)	(n=1.525)	(n=501)	(n=506)	(n=518)
Presença de menores de 10 anos	25,0	23,4	28,3	15,6	23,2
Desemprego	(n=12.743)	(n=1.524)	(n=501)	(n=506)	(n=517)
Sem desempregado/a	78,8	86,0	87,0	93,9	80,7
Ao menos 1 desempregado/a	21,2	14,0	13,0	6,1	19,3
Efeito da pandemia nas condições financeiras	(n=11.980)	(n=1.457)	(n=496)	(n=459)	(n=502)
Endividamento de moradores	41,6	35,8	35,3	32,5	38,1

* Baixa frequência na amostra

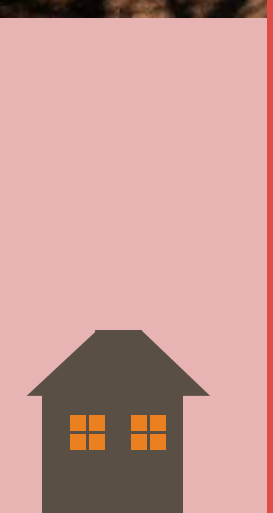





CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	SUL (%)	Paraná (%)	Santa Catarina (%)	Rio Grande do Sul (%)
Benefícios (domicílios com renda per capita ≤ 1/2 SM)					
Recebeu auxílio emergencial federal	(n=5.232)	(n=303)	(n=132)	(n=35)	(n=136)
Sim	56,2	59,7	59,9	54,3	60,3
Recebeu PBF/Auxílio Brasil	(n=5.242)	(n=303)	(n=132)	(n=35)	(n=136)
Sim	43,6	41,2	42,4	22,9*	42,7
Covid-19 no domicílio					
Óbito de algum/a morador/a	(n=12.734)	(n=1.522)	(n=501)	(n=504)	(n=517)
Sim	6,0	8,8	7,2	13,5	7,7
Diagnóstico confirmado de algum/a morador/a	(n=12.721)	(n=1.508)	(n=500)	(n=490)	(n=518)
Sim	31,5	32,6	29,2	41,8	30,7
Pessoa de referência/ responsável pelo domicílio					
Sexo	(n=12.722)	(n=1.522)	(n=501)	(n=505)	(n=516)
Masculino	51,2	55,3	56,3	63,2	50,0
Feminino	48,8	44,7	43,7	36,8	50,0
Raça/cor da pele	(n=12.208)	(n=1.485)	(n=491)	(n=499)	(n=495)
Branca	36,5	64,4	62,5	64,3	66,3
Preta/parda	63,6	35,6	37,5	35,7	33,7
Escolaridade	(n=12.733)	(n=1.525)	(n=501)	(n=506)	(n=518)
Sem escolaridade/ Até 8 anos de estudo	47,1	49,9	54,1	44,5	49,0
Mais de 8 anos de estudo	52,9	50,1	45,9	55,5	51,0
Ocupação	(n=12.735)	(n=1.524)	(n=501)	(n=506)	(n=517)
Agricultor/a	3,0	2,3	0,8*	4,2	2,7
Trabalhador/a informal	17,8	20,2	9,8	17,4	31,3
Trabalhador/a formal	25,2	30,0	27,4	33,2	30,6
Trabalhador/a autônomo/a	16,3	13,5	19,6	16,0	6,6
Desempregado/a	7,9	5,4	4,6	1,0*	8,7
Outros	29,7	28,6	37,9	28,3	20,1

* Baixa frequência na amostra



O desemprego é outro determinante central da condição de vulnerabilidade social e da IA das famílias. A exemplo do nível de renda, sua manifestação tem ocorrido de forma bastante discrepante no interior das macrorregiões. Assim, a proporção de chefes de família desempregados no estado do Amazonas é de 14,0%, bastante superior aos 8,3% relativos ao conjunto da região Norte (**Tabela 1 ↗**). Por sua vez, o nível de desemprego em Alagoas, de 12,0%, está muito acima dos 7,7% da região Nordeste (**Tabela 2 ↗**). De forma semelhante em São Paulo, esse indicador é de 10,6%, enquanto na região Sudeste é de 9,2% (**Tabela 4 ↗**), situação observada também na comparação entre o Rio Grande do Sul, com 8,7%, e o conjunto da região Sul (**Tabela 5 ↗**), com 5,4%. Destaca-se, por fim, o Distrito Federal, onde essa proporção chega a 8,6%, enquanto no Centro-Oeste é de 5,9% (**Tabela 3 ↗**). As frequências relativas de outros indicadores sociodemográficos estão descritas nos tópicos seguintes.



Embora a pobreza, traduzida pela renda inferior a 1/4 SMPC e pelo desemprego, seja um traço da sociedade brasileira em seu conjunto e materializada nas desigualdades sociais e nas condições de vida de milhões de famílias, sua manifestação é comumente destacada nas análises comparativas entre as regiões. Nesse sentido, as diferenças regionais são utilizadas tanto para explicitar vocações produtivas, estruturas econômicas e perfis socioculturais específicos, quanto para exaltar espaços de prosperidade e de progresso, em oposição àqueles onde a pobreza é elevada e o dinamismo urbano industrial é tímido. No entanto, além dos questionamentos sobre tais parâmetros avaliativos, os indicadores aqui expostos revelam discrepâncias socioeconômicas no interior das regiões e obrigam a um olhar mais acurado sobre os estados que as compõem, que são unidades político-administrativas nas quais incidem políticas públicas e decisões de seus governantes.



Situação da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar nos estados brasileiros

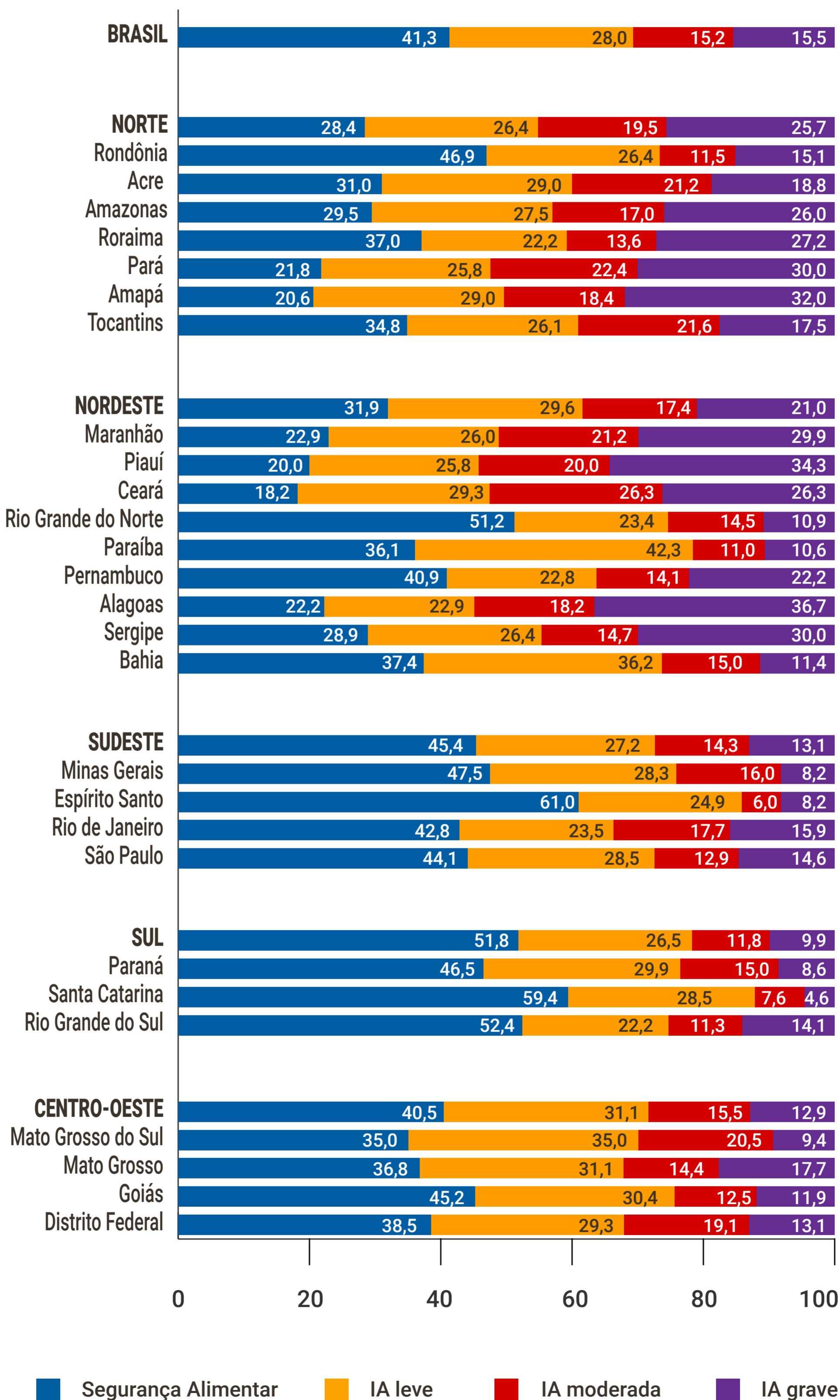
Os dados relativos à condição de SA/IA nos estados revelam diferenças expressivas, tanto entre eles, quanto em relação ao observado nas macrorregiões e no país. Enquanto 41,3% da população brasileira vive em condição de SA, os estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rondônia e Goiás se destacam com níveis superiores de acesso pleno aos alimentos, em relação ao país e às suas respectivas macrorregiões. Quanto à IA leve, a média nacional de 28,0% é inferior à observada no Amapá, Ceará, Bahia, Paraíba, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e DF, cujos percentuais indicam uma condição de instabilidade na capacidade das famílias de acesso aos alimentos, expressa, principalmente, pela preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo. A IA moderada, que evidencia acesso aos alimentos qualitativamente inadequado e quantitativamente insuficiente, tem prevalência alta em muitos estados brasileiros. Essa inadequação atinge mais de 1/5 das famílias de três estados da região Norte (Pará, Tocantins e Acre), três estados do Nordeste e, neste caso, coincidindo com estados de alta prevalência de IA grave (Ceará, Maranhão e Piauí). Nas demais regiões e estados, o Distrito Federal, Amapá, Alagoas, Rio de Janeiro, Amazonas e Minas Gerais superam a prevalência média nacional de 15,2%. Por fim, **a IA grave (fome), que atinge 15,5% da população brasileira, afeta proporção maior de famílias em todos os Estados do Norte e do Nordeste, exceto Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, cujas estimativas estaduais foram inferiores à média nacional.** Por sua vez, Rio de Janeiro, Tocantins e Mato Grosso apresentam níveis marginalmente superiores à média nacional, ao passo que nenhum estado da região Sul teve valores de prevalências de IA grave superiores à média geral. Todas as estimativas estão apresentadas na **Figura 1** [↗](#).



FIGURA 1

[voltar ao texto](#) ↑

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Na análise da IA grave, que atinge grande parte da população brasileira, alguns estados se destacam, com altas prevalências em suas respectivas regiões. Da população que convive com a fome na região Norte, 2,6 milhões de pessoas estão no estado do Pará, enquanto na região Nordeste 2,4 milhões vivem no Ceará; 2,1 milhões no Maranhão e em Pernambuco; e 1,7 milhão de pessoas na Bahia (Tabela 6 ↗).

O Sudeste é a região mais populosa do País e tem, em números absolutos, o maior contingente de pessoas passando fome, das quais 6,8 milhões em São Paulo e 2,7 milhões no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, considerando o total das populações de cada macrorregião, a maior proporção daqueles que convivem com a fome é de moradores das regiões Norte e Nordeste do país.

TABELA 6

Distribuição percentual de domicílios e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) e localização do domicílio, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Domicílios (%)					Total de moradores (por mil habitantes)				
	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar				Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar			
		Total	Leve	Moderada	Grave		Total	Leve	Moderada	Grave
BRASIL	41,3	58,7	28,0	15,2	15,5	88.100	125.217	59.729	32.424	33.064
Norte	28,4	71,6	26,4	19,5	25,7	5.370	13.537	4.991	3.687	4.859
Rondônia	46,9	53,1	26,4	11,5	15,1	851	963	479	209	274
Acre	31,0	69,0	29,0	21,2	18,8	281	626	263	192	170
Amazonas	29,5	70,5	27,5	17,0	26,0	1.260	3.010	1.174	726	1.110
Roraima	37,0	63,0	22,2	13,6	27,2	242	411	145	89	178
Pará	21,8	78,2	25,8	22,4	30,0	1.913	6.863	2.264	1.966	2.633
Amapá	20,6	79,4	29,0	18,4	32,0	181	697	255	161	281
Tocantins	34,8	65,2	26,1	21,6	17,5	559	1.048	420	347	281
Nordeste	31,9	68,1	29,6	17,4	21,0	18.396	39.214	17.070	10.034	12.110
Maranhão	22,9	77,1	26,0	21,2	29,9	1.638	5.515	1.860	1.516	2.139
Piauí	20,0	80,0	25,8	20,0	34,3	658	2.635	849	658	1.128
Ceará	18,2	81,8	29,3	26,3	26,3	1.682	7.567	2.707	2.430	2.430
Rio Grande do Norte	51,2	48,8	23,4	14,5	10,9	1.823	1.737	833	516	388
Paraíba	36,1	63,9	42,3	11,0	10,6	1.466	2.594	1.717	447	430
Pernambuco	40,9	59,1	22,8	14,1	22,2	3.957	5.718	2.206	1.364	2.148
Alagoas	22,2	77,8	22,9	18,2	36,7	747	2.618	771	612	1.235
Sergipe	28,9	71,1	26,4	14,7	30,0	676	1.663	617	344	702
Bahia	37,4	62,6	36,2	15,0	11,4	5.604	9.381	5.425	2.248	1.708



Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Domicílios (%)					Total de moradores (por mil habitantes)				
	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar				Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar			
		Total	Leve	Moderada	Grave		Total	Leve	Moderada	Grave
Sudeste	45,4	54,6	27,2	14,3	13,1	40.693	48.940	24.380	12.818	11.742
Minas Gerais	47,5	52,5	28,3	16,0	8,2	10.171	11.242	6.060	3.426	1.756
Espírito Santo	61,0	39,0	24,9	6,0	8,2	2.506	1.607	1.023	247	337
Rio de Janeiro	42,8	57,2	23,5	17,7	15,9	7.474	9.972	4.104	3.091	2.777
São Paulo	44,1	55,9	28,5	12,9	14,6	20.572	26.124	13.295	6.018	6.811
Sul	51,8	48,2	26,5	11,8	9,9	15.749	14.654	8.057	3.588	3.010
Paraná	46,5	53,5	29,9	15,0	8,6	5.393	6.205	3.468	1.740	997
Santa Catarina	59,4	40,6	28,5	7,6	4,6	4.359	2.987	2.091	558	338
Rio Grande do Sul	52,4	47,6	22,2	11,3	14,1	6.009	5.447	2.546	1.284	1.617
Centro-Oeste	40,5	59,5	31,1	15,5	12,9	6.766	9.941	5.196	2.590	2.155
Mato Grosso do Sul	35,0	65,0	35,0	20,5	9,4	994	1.843	994	582	267
Mato Grosso	36,8	63,2	31,1	14,4	17,7	1.313	2.254	1.109	514	631
Goiás	45,2	54,8	30,4	12,5	11,9	3.257	3.949	2.191	901	858
Distrito Federal	38,5	61,5	29,3	19,1	13,1	1.191	1.903	907	591	405



Indicadores sociodemográficos, benefícios sociais e suas relações com a Segurança Alimentar/ Insegurança Alimentar



Imagem: Ingrid Barros/ActionAid

Nas análises apresentadas a seguir sobre a associação entre condições sociodemográficas e condições de SA e níveis de IA foi necessário reagrupar as categorias de SA e IA por motivos amostrais, descritos na sessão de Métodos deste Suplemento. Exceto nos tópicos relativos à escolaridade da pessoa responsável pela família e ao endividamento, condições de mais alta prevalência, a amostra estadual foi suficiente para manter as análises mais desagregadas, considerando a SA e os três níveis de IA.





Renda



A desigualdade de renda é o que mais explica as diferenças nas condições de SA e IA e evidencia, juntamente com outras características populacionais, a violação do DHAA nas Unidades da Federação. **As análises mostraram que em qualquer estado as famílias mais propensas ao acesso inadequado aos alimentos e, portanto, mais vulneráveis à IA são aquelas com renda inferior a 1/2 SMPC**, levando vários estados a terem proporções de IA moderada + grave, ou seja, as formas mais severas de IA, superiores às observadas no País e na própria região. São consideradas muito preocupantes aquelas situações em que mais da metade dos domicílios tem renda até 1/2 SMPC e experimentam altas proporções de IA moderada e grave, a saber: Pará (67,6%), Acre (65,6%), Amazonas (63,9%), Amapá (61,1%), Rondônia (60,8%), Tocantins (59,1%), Roraima (56,8%), na região Norte; Sergipe (76,5%), Maranhão (72,0%), Piauí (66,1%), Ceará (65,2%), Pernambuco (62,1%) e Alagoas (59,6%), na região Nordeste; Rio de Janeiro (61,0%), São Paulo (58,4%) e Minas Gerais (51,1%), na região Sudeste; Santa Catarina (65,7%) e Rio Grande do Sul (64,4%), na região Sul; DF (63,9%) no Centro-Oeste (**Tabela 7 ↗**). Na maioria destes estados, a proporção de domicílios em IA moderada + grave reduz-se para cerca da metade quando a renda familiar per capita está entre 1/2 e 1 SMPC. Reduções acentuadas, com proporções de IA moderada + grave abaixo de 20,0%, também ocorreram, nesta faixa de renda, em: Rondônia (19,1%), Rio Grande do Norte (17,1%), Paraíba (13,8%), Bahia (13,8%), Espírito Santo (12,0%), Santa Catarina (13,1%), Rio Grande do Sul (16,7%), Goiás (16,6%) e Rio de Janeiro (16,6%). Há, portanto, uma associação muito forte entre IA moderada + grave e domicílios com baixos rendimentos familiares, mesmo em estados com menor frequência de IA, como Santa Catarina, por exemplo.



TABELA 7

Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo classes de rendimento mensal domiciliar per capita, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	Rendimento mensal domiciliar per capita							
	Até 1/2 salário mínimo				Mais de 1/2 a 1 salário mínimo			
	Situação de SA/IA nos domicílios				Situação de SA/IA nos domicílios			
	Segurança Alimentar (%)”	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar (%)”	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ²
BRASIL	16,8	25,0	58,2	5.241	38,3	40,0	21,8	4.118
Norte	12,1	22,9	65,0	1.530	33,7	37,1	29,2	825
Rondônia	17,8	21,5	60,8	107	45,8	35,1	19,1	131
Acre	15,6	18,8	65,6	160	23,8	48,3	28,0	143
Amazonas	9,1	27,0	63,9	252	32,1	42,5	25,5	106
Roraima	25,2	18,0	56,8	234	41,6	33,7	24,7	89
Pará	10,0	22,3	67,6	309	31,8	32,6	35,6	132
Amapá	13,7	25,2	61,1	270	24,1	43,4	32,5	83
Tocantins	20,7	20,2	59,1	198	34,8	41,8	23,4	141
Nordeste	16,7	23,7	59,6	2.148	34,4	41,0	24,6	1.433
Maranhão	9,7	18,3	72,0	268	20,4	45,1	34,5	142
Piauí	11,0	22,9	66,1	245	18,3	33,6	48,2	137
Ceará	12,8	22,0	65,2	328	20,5	45,7	33,8	151
Rio Grande do Norte	32,2	20,1	47,7	174	53,5	29,4	17,1	170
Paraíba	33,7	24,5	41,8	196	35,9	50,3	13,8	159
Pernambuco	20,3	17,6	62,1	227	44,6	29,5	25,9	166

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo

² Número de domicílios com renda domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo



Resultados

Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	Rendimento mensal domiciliar per capita							
	Até 1/2 salário mínimo				Mais de 1/2 a 1 salário mínimo			
	Situação de SA/IA nos domicílios				Situação de SA/IA nos domicílios			
	Segurança Alimentar (%)”	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar (%)”	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ²
Alagoas	16,3	24,1	59,6	349	39,3	19,1	41,7	84
Sergipe	4,0*	19,5	76,5	149	29,9	34,8	35,3	221
Bahia	17,5	33,0	49,5	212	37,9	48,3	13,8	203
Sudeste	17,3	25,8	56,9	619	41,5	38,4	20,1	730
Minas Gerais	20,4	28,5	51,1	137	41,9	33,9	24,2	186
Espírito Santo	30,0	36,4	33,6	220	53,9	34,1	12,0	217
Rio de Janeiro	15,6	23,4	61,0	218	51,5	32,0	16,6	169
São Paulo	16,2	25,3	58,4	154	35,4	44,3	20,3	158
Sul	18,5	24,8	56,7	302	36,0	45,1	18,9	445
Paraná	22,0	31,1	47,0	132	38,6	38,1	23,3	176
Santa Catarina	11,4*	22,9*	65,7	35	35,0	51,8	13,1	137
Rio Grande do Sul	16,3	19,3	64,4	135	33,3	50,0	16,7	132
Centro-Oeste	19,1	30,4	50,5	642	39,9	38,6	21,5	685
Mato Grosso do Sul	20,3	32,3	47,4	192	40,9	37,7	21,4	154
Mato Grosso	16,0	35,9	48,1	181	43,3	32,6	24,2	178
Goiás	23,0	27,3	49,7	161	41,7	41,7	16,6	199
Distrito Federal	10,2	25,9	63,9	108	28,6	39,0	32,5	154

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo

² Número de domicílios com renda domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo





Foto: Sarah Gehren/Ação da Cidadania

Situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios



As características da ocupação dos chefes das famílias apresentaram forte relação com a SA e níveis de IA em cada estado e no DF (**Tabela 87**). Nas análises apresentadas a seguir, os níveis de SA e IA leve (SA/IA leve), e de IA moderada e IA grave foram agrupados. Assim, essas categorias foram analisadas em conjunto, considerando famílias que ainda não tinham o comprometimento quantitativo no acesso aos alimentos (SA/IA leve), comparativamente àquelas que enfrentavam esta condição.

Como revelam os dados nacionais e regionais apresentados no II VIGISAN, a qualidade das relações de trabalho se relaciona fortemente com o padrão de acesso das famílias aos alimentos. Quando essa relação é analisada para cada estado, é possível verificar a importância do trabalho formal dos chefes das famílias como fator de garantia da Segurança Alimentar, para um contingente maior de famílias, por conferir mais estabilidade financeira decorrente do emprego. Logo, **a condição de emprego formal estava associada à presença da SA/IA leve em mais de 2/3 das famílias**, por conferir maior estabilidade financeira, sendo em maior proporção na Paraíba (92,8%) e no Rio Grande do Norte (92,2%), e, em menor proporção, no Maranhão (56,3%) e em Alagoas (56,1%).





Imagem: Márcio de Carvalho

O oposto foi observado em domicílios com o chefe da família desempregado ou em situação de informalidade. Nestas circunstâncias, a SA/IA leve é inferior a 60,0%, exceto em apenas oito das 27 Unidades da Federação, a saber, em Santa Catarina (82,6%), Espírito Santo (78,4%), Paraíba (69,6%), Goiás (68,4%), Rio Grande do Norte (68,3%), Rio Grande do Sul (66,7%), Paraná (63,9%) e Mato Grosso do Sul (62,4%). Já as formas mais severas de IA (IA moderada + grave) foi superior a 60,0% nos seguintes estados do Nordeste: Sergipe (72,2%), Ceará (66,0%), Maranhão (64,7%), Alagoas (61,5%) e Pernambuco (60,7%). Dentre as famílias cujos responsáveis mantinham trabalho autônomo, a capacidade de acesso aos alimentos era intermediária às duas condições anteriores (condição de desemprego ou trabalho formal), sendo, entretanto, as proporções de domicílios em situação de IA moderada + grave superiores às médias nacional e regional em estados da região Norte (Acre: 44,8%; Amazonas: 41,5%; Pará: 51,7%; Amapá: 51,2%), do Nordeste (Maranhão: 54,4% e Ceará: 41,9%) e Centro-Oeste (Mato Grosso: 35,0%; Distrito Federal: 34,4%) (**Tabela 8 ↗**).



TABELA 8 Prevalência de Segurança Alimentar + Insegurança Alimentar (IA) leve e IA moderada + grave nos domicílios, segundo situação de trabalho da pessoa de referência, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	Tipo de ocupação da pessoa de referência								
	Trabalhador/a informal ou desempregado/a			Trabalhador/a formal			Trabalhador/a autônomo/a		
	Situação de SA/IA nos domicílios			Situação de SA/IA nos domicílios			Situação de SA/IA nos domicílios		
	Segurança Alimentar + IA leve (%)”	IA moderada + grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar + IA leve (%)”	IA moderada + grave (%)	n ²	Segurança Alimentar + IA leve (%)”	IA moderada + grave (%)	n ³
BRASIL	55,3	44,7	3.457	83,3	16,7	3.046	75,4	24,6	1.899
Norte	46,8	53,3	871	73,3	26,7	657	60,8	39,2	522
Rondônia	59,8	40,2	102	82,9	17,1	117	75,6	24,4	78
Acre	50,0	50,0	118	70,7	29,3	116	55,2	44,8	58
Amazonas	51,6	48,4	124	74,6	25,4	59	58,5	41,5	123
Roraima	50,5	49,5	95	74,0	26,0	100	68,6	31,4	86
Pará	42,5	57,5	193	69,6	30,4	102	48,3	51,7	29
Amapá	50,0	50,0	134	60,6	39,4	66	48,8	51,2	86
Tocantins	46,7	53,3	105	77,3	22,7	97	74,2	25,8	62
Nordeste	47,9	52,1	1.284	80,7	19,3	962	66,4	33,6	452
Maranhão	35,3	64,7	136	56,3	43,8	80	45,6	54,4	57
Piauí	47,3	52,7	93	70,0	30,0	40	66,7	33,3	45
Ceará	34,0	66,0	94	69,6	30,4	56	58,1	41,9	74
Rio Grande do Norte	68,3	31,7	145	92,2	7,8*	115	73,4	26,6	64
Paraíba	69,6	30,4	184	92,8	7,2	153	85,0	15,0*	40
Pernambuco	39,3	60,7	163	79,6	20,4	181	67,3	32,7	55

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) informal ou desempregado(a)² Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) formal³ Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) autônomo(a)

Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	Tipo de ocupação da pessoa de referência								
	Trabalhador/a informal ou desempregado/a			Trabalhador/a formal			Trabalhador/a autônomo/a		
	Situação de SA/IA nos domicílios			Situação de SA/IA nos domicílios			Situação de SA/IA nos domicílios		
	Segurança Alimentar + IA leve (%)”	IA moderada + grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar + IA leve (%)”	IA moderada + grave (%)	n ²	Segurança Alimentar + IA leve (%)”	IA moderada + grave (%)	n ³
Alagoas	38,5	61,5	130	56,1	43,9	57	72,7	27,3*	33
Sergipe	27,8	72,2	194	75,3	24,7	150	86,4	13,6*	22
Bahia	57,9	42,1	145	88,5	11,5	130	72,6	27,4	62
Sudeste	56,0	44,0	476	86,1	13,9	536	78,7	21,3	399
Minas Gerais	59,8	40,2	102	84,2	15,9	164	75,9	24,1	87
Espírito Santo	78,4	21,6	148	92,0	8,1	149	88,8	11,3*	80
Rio de Janeiro	43,8	56,3	96	79,1	20,9	91	67,2	32,8	134
São Paulo	56,2	43,9	130	88,6	11,4	132	85,7	14,3	98
Sul	68,6	31,4	371	84,5	15,5	463	79,2	20,8	212
Paraná	63,9	36,1	72	82,5	17,5	137	77,6	22,5	98
Santa Catarina	82,6	17,4	92	91,1	8,9	168	82,5	17,5	80
Rio Grande do Sul	66,7	33,3	207	82,3	17,7	158	79,4	20,6*	34
Centro-Oeste	62,6	37,4	455	78,5	21,5	428	78,2	21,8	314
Mato Grosso do Sul	62,4	37,7	85	76,0	24,0	104	81,5	18,5	81
Mato Grosso	57,5	42,5	120	76,8	23,2	99	65,0	35,0	40
Goiás	68,4	31,7	139	78,8	21,2	99	85,0	15,0	100
Distrito Federal	53,2	46,9	111	81,8	18,3	126	65,6	34,4	93

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) informal ou desempregado(a)

² Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) formal

³ Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) autônomo(a)





A relação entre a escolaridade do chefe da família e a condição de SA/IA apresenta também diferenças entre os estados de uma mesma região, notadamente quando são comparadas as prevalências dos extremos, ou seja, a condição de Segurança Alimentar e de IA grave (**Tabela 9 ↗**). Como analisado no relatório do II VIGISAN a SA teve prevalência mais elevada, e a IA grave menos elevada nos domicílios chefiados por pessoas com escolaridade igual ou superior a 8 anos de estudos, tanto em relação às médias nacional quanto regionais. Aqui também é importante assinalar as desigualdades observadas entre estados de uma mesma região e entre estados de diferentes regiões, comparativamente à média nacional. Assim, nenhum estado da região Sul apresentou estimativas de IA grave superior às estimativas nacionais; além disso, mais da metade das famílias nesta condição de mais escolaridade tinha acesso regular à alimentação adequada. Neste último caso, as prevalências de SA foram muito superiores à média nacional (48,7%), como no Espírito Santo (64,9%) e Rio Grande do Sul (63,3%). O inverso ocorreu em estados com maior percentual de famílias chefiadas por pessoa com menos de 8 anos de estudo, cuja relação com a IA grave supera as estimativas regionais e nacional. **Nos domicílios cuja pessoa responsável tinha menos de 8 anos de estudo, a proporção de famílias vivendo em situação de IA grave superava a média nacional (21,1%) como observado em alguns estados como em Roraima (44,6%), Amapá (39,6%) e Pará (38,4%), na região Norte; e Ceará (31,2%), Alagoas (46,1%), Sergipe (44,5%), Piauí (40,2%) e Maranhão (34,6%), na região Nordeste. (Tabela 9 ↗)**

TABELA 9

Prevalência percentual de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo escolaridade da pessoa de referência, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Anos de estudo da pessoa de referência do domicílio									
	Sem escolaridade/menos de 8 anos de estudo					Mais de 8 anos de estudo				
	Situação de SA/IA nos domicílios					Situação de SA/IA nos domicílios				
	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n ¹
BRASIL	33,1	26,7	19,1	21,1	6.034	48,7	29,1	11,7	10,5	6.635
Norte	22,4	22,5	22,2	32,9	1.281	34,2	30,2	16,9	18,7	1.664
Rondônia	40,9	25,8	14,5	18,9	159	51,1	26,8	9,5	12,6	231
Acre	23,2	25,6	25,0	26,2	164	36,2	31,3	18,7	13,8	246
Amazonas	23,5	23,5	23,5	29,6	162	32,9	29,8	13,6	23,7	295
Roraima	17,7	18,5	19,2	44,6	130	46,4	24,0	10,9	18,7	267
Pará	18,0	20,1	23,5	38,4	289	27,1	33,8	20,8	18,4	207
Amapá	17,1	26,8	16,5	39,6	164	23,3	30,2	19,8	26,7	232
Tocantins	29,1	28,6	22,1	20,2	213	41,4	23,1	21,0	14,5	186
Nordeste	25,0	27,0	19,7	28,2	2.218	38,9	32,2	15,2	13,7	2.104
Maranhão	19,9	24,6	21,0	34,6	272	26,8	27,7	21,6	23,9	213
Piauí	13,8	24,1	21,8	40,2	261	28,8	27,7	17,4	26,1	184
Ceará	14,0	27,1	27,7	31,2	365	29,1	34,8	22,7	13,5	141
Rio Grande do Norte	43,4	20,8	21,7	14,2	226	58,7	26,0	7,7	7,7	235
Paraíba	35,0	28,1	17,7	19,2	203	36,8	52,0	6,4	4,7	296
Pernambuco	38,4	21,1	14,1	26,5	185	42,3	23,7	14,1	19,8	333
Alagoas	20,3	17,0	16,7	46,1	306	26,4	35,4	21,5	16,7	144

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com pessoa de referência sem escolaridade ou com menos de 8 anos de estudo

² Número de domicílios com pessoa de referência com mais de 8 anos de estudo



Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Anos de estudo da pessoa de referência do domicílio									
	Sem escolaridade/menos de 8 anos de estudo					Mais de 8 anos de estudo				
	Situação de SA/IA nos domicílios					Situação de SA/IA nos domicílios				
	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n ¹
Sergipe	23,1	20,3	12,1	44,5	182	32,8	30,6	16,4	20,2	268
Bahia	29,4	37,6	15,6	17,4	218	43,5	35,2	14,5	6,9	290
Sudeste	36,0	25,6	20,2	18,3	859	52,7	28,4	9,8	9,1	1.148
Minas Gerais	36,7	28,3	22,3	12,8	251	58,4	28,4	9,6	3,6*	250
Espírito Santo	52,8	28,8	6,8	11,7	163	64,9	23,0	5,6	6,5	339
Rio de Janeiro	37,5	21,5	21,5	19,5	251	48,4	25,6	13,6	12,4	250
São Paulo	33,5	25,8	19,1	21,7	194	50,8	29,8	9,1	10,4	309
Sul	42,7	29,1	15,6	12,7	745	60,8	24,0	8,1	7,2	775
Paraná	36,2	33,6	19,9	10,3	271	58,7	25,7	9,1	6,5	230
Santa Catarina	59,3	29,0	5,4	6,3	221	59,4	28,1	9,3	3,2*	281
Rio Grande do Sul	41,1	24,5	16,2	18,2	253	63,3	20,1	6,4	10,2	264
Centro-Oeste	36,0	30,0	16,6	17,4	931	45,0	32,4	14,4	8,3	944
Mato Grosso do Sul	32,2	35,9	20,8	11,0	245	38,4	34,0	20,2	7,4	203
Mato Grosso	33,2	28,0	16,8	22,0	268	41,8	35,5	11,1	11,6	189
Goiás	42,8	29,4	11,5	16,4	262	47,9	31,4	13,6	7,0	242
Distrito Federal	22,4	26,9	28,9	21,8	156	46,5	30,7	14,2	8,7	310

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com pessoa de referência sem escolaridade ou com menos de 8 anos de estudo

² Número de domicílios com pessoa de referência com mais de 8 anos de estudo





Foto: Sarah Gehren/Ação da Cidadania

Presença de menores de 10 anos de idade

Neste estudo, observamos que as condições de SA/IA das famílias eram modificadas de acordo com o nível de renda, grau de escolaridade, tipo de ocupação ou situação de desemprego dos responsáveis pelos domicílios. Tais condições são interdependentes e potencializam, portanto, os efeitos sobre a SA/IA. Isto permite supor que a maior prevalência de IA, especialmente nas formas mais severas (IA moderada + grave), em domicílios onde residem crianças menores de 10 anos, seja uma consequência destas interações, conforme apontado em estudos nacionais e internacionais, indicados ao final deste Suplemento. **Em domicílios com moradores menores de 10 anos, a condição de Segurança Alimentar é realidade para menos de 30,0% em 5 dos 7 estados da região Norte, em 7 dos 9 estados do Nordeste, assim como ficam abaixo da média nacional (41,3%) em 2 dos 4 estados do Sudeste (São Paulo: 37,6%; Rio de Janeiro: 33,3%), em todos os estados do Centro-Oeste e em 1 dos 3 estados da região Sul (Rio Grande do Sul: 40,0%).** A proporção de IA moderada + grave em domicílios com moradores nesta faixa etária avaliada foi acima de 40,0% em todos os estados da macrorregião Norte, chegando a 60,1% no Amapá; na macrorregião Nordeste, eram 7 dos 9 nesta condição; todos os estados das demais regiões, exceto Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, apresentaram prevalências de IA moderada + grave abaixo de 40,0%, nos domicílios onde havia morador com menos de 10 anos de idade (**Tabela 10 ↗**).



TABELA 10voltar ao texto 

Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo presença de menores de 10 anos, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Presença de menores de 10 anos no domicílio			
	Situação de SA/IA nos domicílios			
	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ¹
BRASIL	33,0	29,2	37,8	3.364
Norte	21,5	26,6	51,9	1.003
Rondônia	41,6	18,2	40,3	77
Acre	28,4	28,4	43,3	127
Amazonas	15,2	30,4	54,4	138
Roraima	30,9	19,7	49,3	152
Pará	19,2	27,5	53,4	193
Amapá	14,0	25,8	60,1	178
Tocantins	29,0	23,2	47,8	138
Nordeste	23,6	27,0	49,4	995
Maranhão	14,1	22,7	63,3	128
Piauí	18,3	35,2	46,5	71
Ceará	14,8	33,6	51,6	128
Rio Grande do Norte	38,6	26,1	35,2	88
Paraíba	33,8	32,5	33,8	80
Pernambuco	29,1	23,1	47,9	117
Alagoas	16,9	23,3	59,9	172
Sergipe	14,8	30,7	54,6	88
Bahia	29,3	26,0	44,7	123
Sudeste	38,4	29,0	32,6	496
Minas Gerais	42,3	27,0	30,6	111
Espírito Santo	55,7	30,3	13,9	122
Rio de Janeiro	33,3	27,5	39,1	138
São Paulo	37,6	30,4	32,0	125
Sul	43,2	31,8	25,0	340
Paraná	43,0	33,8	23,2	142
Santa Catarina	52,6	30,8	16,7	78
Rio Grande do Sul	40,0	30,0	30,0	120
Centro-Oeste	27,9	34,8	37,3	530
Mato Grosso do Sul	23,7	35,6	40,7	135
Mato Grosso	28,9	36,9	34,2	149
Goiás	29,2	35,8	35,0	120
Distrito Federal	28,6	28,6	42,9	126

¹ Número de domicílios com presença de menores de 10 anos





Transferência de renda

Os programas de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil (substituto do PBF) cobriram, no momento das entrevistas, realizadas entre novembro de 2021 e abril de 2022, parcela significativa da população brasileira. Os programas alcançavam proporção de 40,0% a 60,0% dos moradores dos estados das macrorregiões Norte e Nordeste. Nos estados das demais macrorregiões, estes programas alcançaram entre 30,0% e 40,0% dos domicílios.

Com relação ao Auxílio Emergencial, foi perguntado à pessoa entrevistada se algum morador do domicílio havia recebido alguma parcela de recurso deste programa de janeiro a outubro de 2021, período de sua vigência. Entretanto, a coleta de dados do II VIGISAN ocorreu no período em que as transferências do Auxílio Emergencial haviam sido interrompidas; além disso, a estimativa da Segurança Alimentar e níveis de IA nas famílias é feita com informações de acesso aos alimentos nos 3 meses anteriores à entrevista. Por conta dessa discrepância temporal das informações, não são apresentados, neste Suplemento, as relações entre os padrões de SA/IA e este programa de transferência de renda que, cabe registrar, cobria em seu período de vigência mais de 50,0% dos domicílios com renda per capita menor ou igual a 1/2 SM, em todos os estados, de todas as macrorregiões, exceto em São Paulo (46,7%) e Acre (47,8%) **(Tabelas 1 ↗ e 4 ↗)**.



Apesar da alta cobertura do PBF/Auxílio Brasil, em praticamente todos os estados da Federação as famílias com rendimentos de até 1/2 SMPC não tiveram melhora significativa de suas condições de acesso à alimentação adequada (**Figura 2 ↗**), como já demonstrado no relatório do II VIGISAN. Tal situação fica ainda mais evidente quando se compara a situação de IA moderada + grave observada em domicílios atendidos por este programa com outros domicílios dos mesmos estados, cujas famílias vivem com rendimentos de até 1/2 SMPC, mas não recebiam essa transferência de renda.

Além disso, naqueles domicílios onde havia recebimento de recursos do Auxílio Brasil, comparativamente àqueles que não tiveram acesso a ele, a prevalência de IA moderada + grave foi sistematicamente superior em quase todos os estados da Federação e no Distrito Federal. As exceções são Sergipe, Acre, Rio Grande do Sul e Mato Grosso e Rio de Janeiro, que apresentaram diferenças estatisticamente não significativas. Santa Catarina, estado com menor prevalência de IA, é também o único onde a presença do Auxílio Brasil se associou à menor proporção de IA moderada + grave, de forma significativa.



Foto: Ração Diniz/Ação da Cidadania

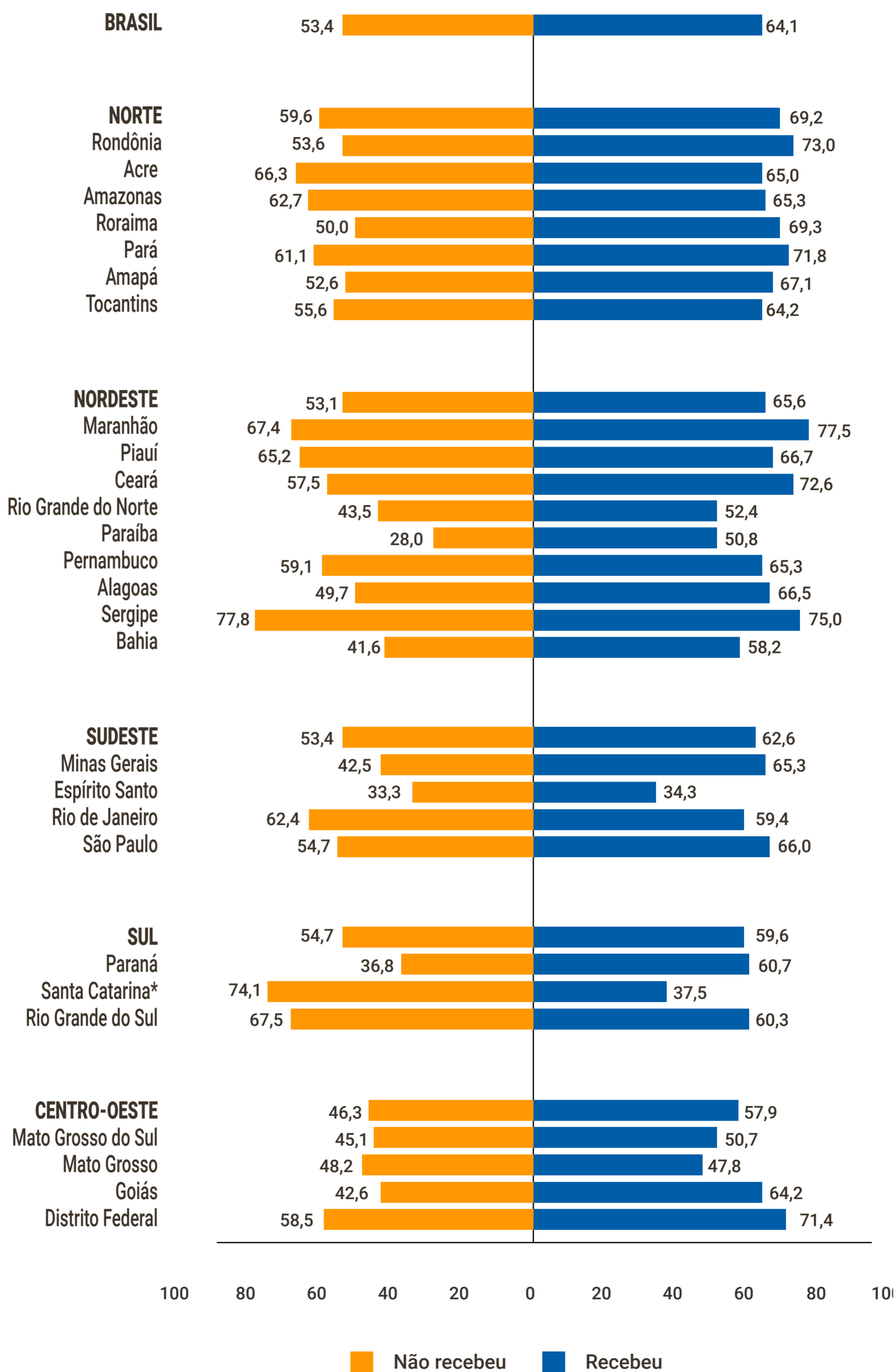
Foi possível identificar que, apesar da ampla cobertura do Auxílio Brasil, o programa não alcançou uma parcela significativa da população com renda de até 1/2 SMPC e que apresentava prevalências elevadas de IA, deixando excluídas, portanto, famílias socialmente elegíveis ao programa e, portanto, de alta vulnerabilidade alimentar.



FIGURA 2

voltar ao texto 

Distribuição percentual de Insegurança Alimentar moderada + grave nos domicílios, segundo recebimento de transferência de renda pelos programas PBF/Auxílio Brasil, em domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



* Baixa frequência na amostra para categoria "Recebeu".





Endividamento



Uma das consequências da crise econômica durante a pandemia da Covid-19 tem sido o alto endividamento das famílias brasileiras, como identificado no II VIGISAN. Houve relato de endividamento em consequência da pandemia em 41,6% das famílias, sendo a menor proporção na macrorregião Sul (35,8%) e maior no Norte e Nordeste, onde chegou a 46,7% e 46,0%, respectivamente. Tal condição acaba agravando a vulnerabilidade das famílias, aqui detalhada para cada estado da Federação, e revela disparidades acentuadas dentro das macrorregiões.

Os estados das macrorregiões Norte e Nordeste, justamente onde estão as maiores proporções de pobreza e extrema pobreza, concentram também a maior frequência de endividamento das famílias, como um dos efeitos da pandemia.

As proporções variam nos estados da região Norte entre 33,8%, em Tocantins, 54,6% no Amapá e 52,6%, no Amazonas, e no Nordeste entre 29,7%, no Rio Grande do Norte, e 57,5%, em Alagoas, com a maioria dos estados alcançando frequências superiores a 45,0% de famílias endividadas. As famílias dos estados do Centro-Oeste também referiram endividamento em uma proporção superior a 34,0%, chegando a 55,6% no Distrito Federal. Nos estados da região Sudeste, o percentual foi inferior, porém, com mais de 40,0% de famílias endividadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Já as famílias dos estados da macrorregião Sul têm endividamento em proporções que variam de 32,5% a 38,1%.



A condição de endividamento aumenta a fragilidade das famílias, com efeitos diretos na capacidade de acesso aos alimentos, em termos qualitativos e quantitativos (Figuras 3 a 7). Em diferentes regiões do Brasil foi observado que a prevalência de IA grave era mais alta entre famílias que se endividaram no período da pandemia da Covid-19 e como consequência dela. Famílias dos estados da Região Norte (**Figura 3**) e Nordeste (**Figura 4 ↗**) foram aquelas cujo endividamento mais impactou a SA/IA, com a prevalência da IA grave chegando a valores superiores a 40,0% em domicílios de Roraima, Pará e Amapá. Nas famílias residentes no Nordeste, a prevalência de IA grave era superior a 30,0% em 6 dos 9 estados, alcançando 45,8% em Alagoas. Prevalências mais baixas de IA grave entre famílias endividadas foram observadas no Rio Grande do Norte (20,7%), Paraíba (12,9%) e Bahia (21,7%) (**Figura 4 ↗**). Nas demais macrorregiões, a ocorrência da fome relacionada ao endividamento decorrente da pandemia foi menos relevante. Entretanto, é importante salientar o efeito negativo desse endividamento sobre a SA, ou seja, sobre a capacidade das famílias de acesso pleno aos alimentos. **Em todas as macrorregiões há, também, aumento expressivo de IA leve, o que demonstra que o endividamento gera instabilidade, levando muitas famílias em situação de SA a perderem esta condição e entrarem em um processo de incertezas e a uma redução da qualidade da alimentação.**

FIGURA 3

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Norte e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

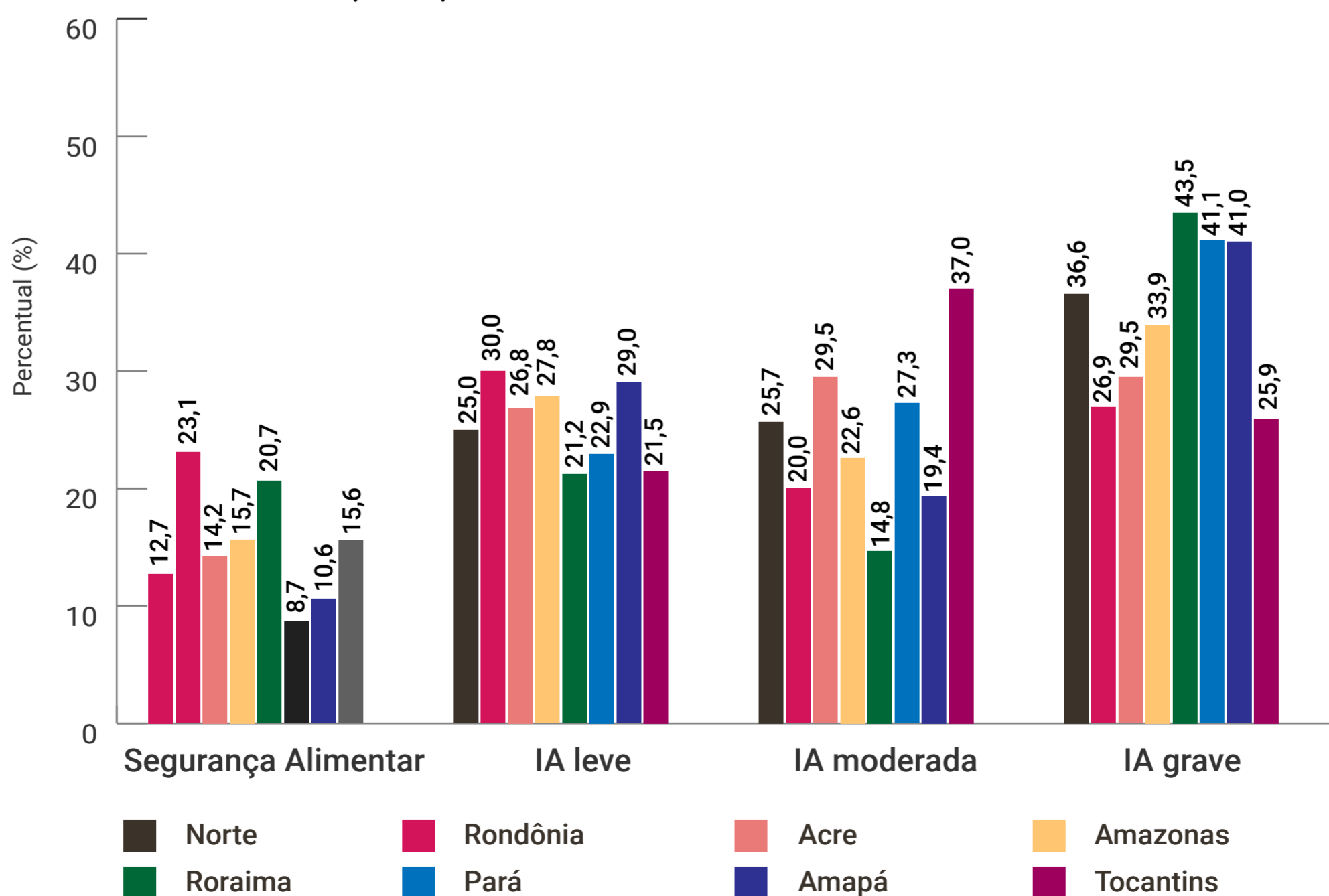


FIGURA 4

[voltar ao texto](#) 

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Nordeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

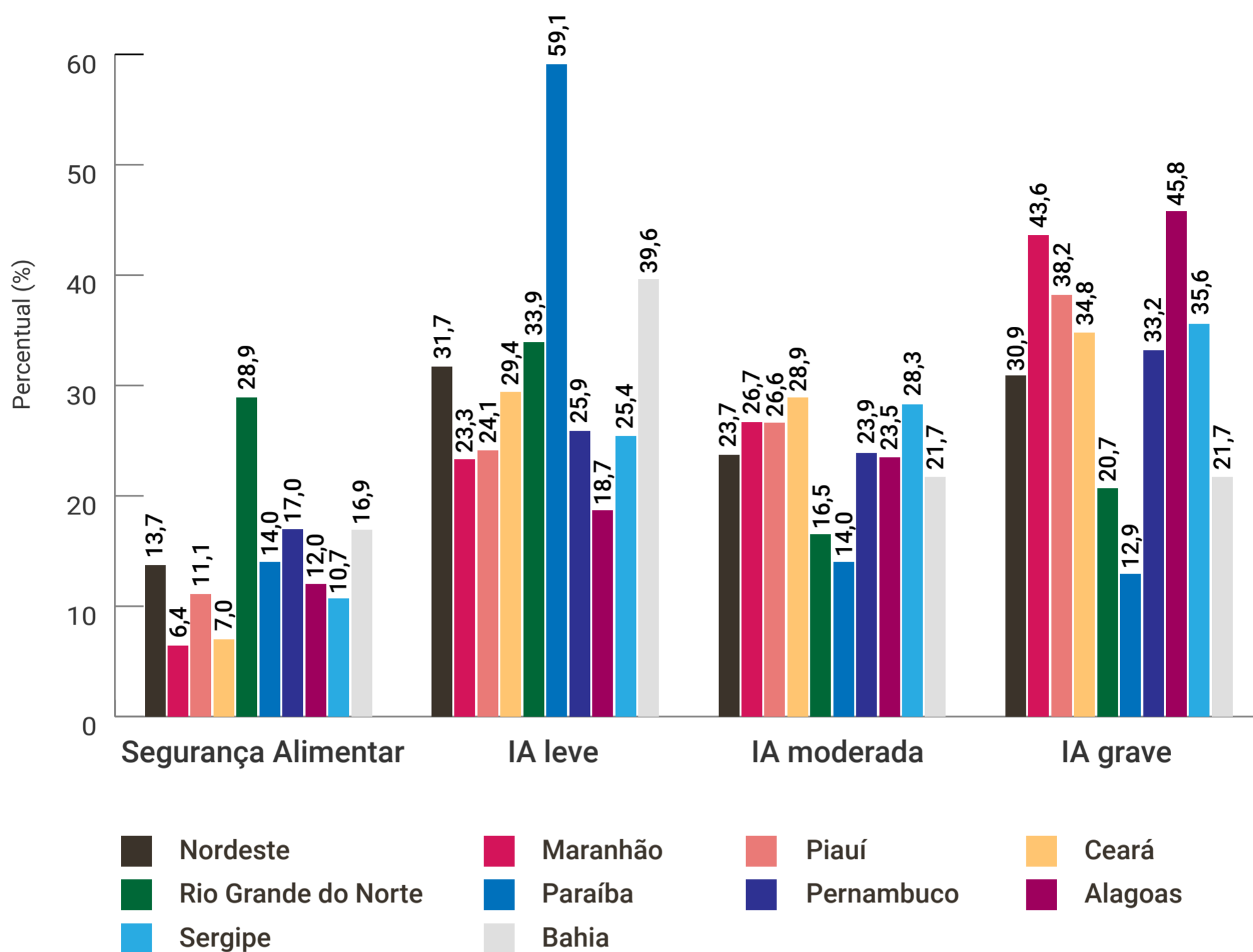


FIGURA 5

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Centro-Oeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

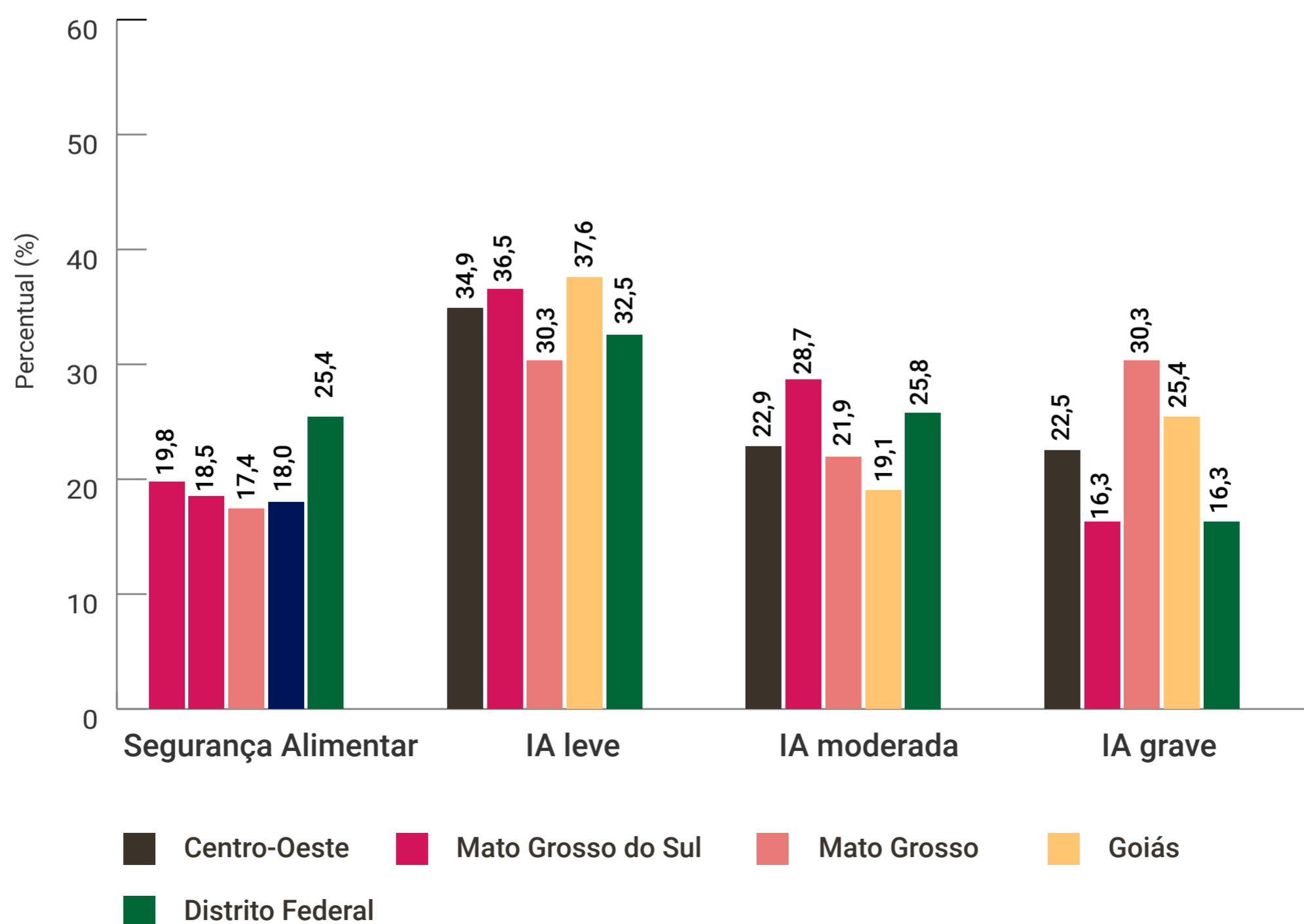


FIGURA 6

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Sudeste e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

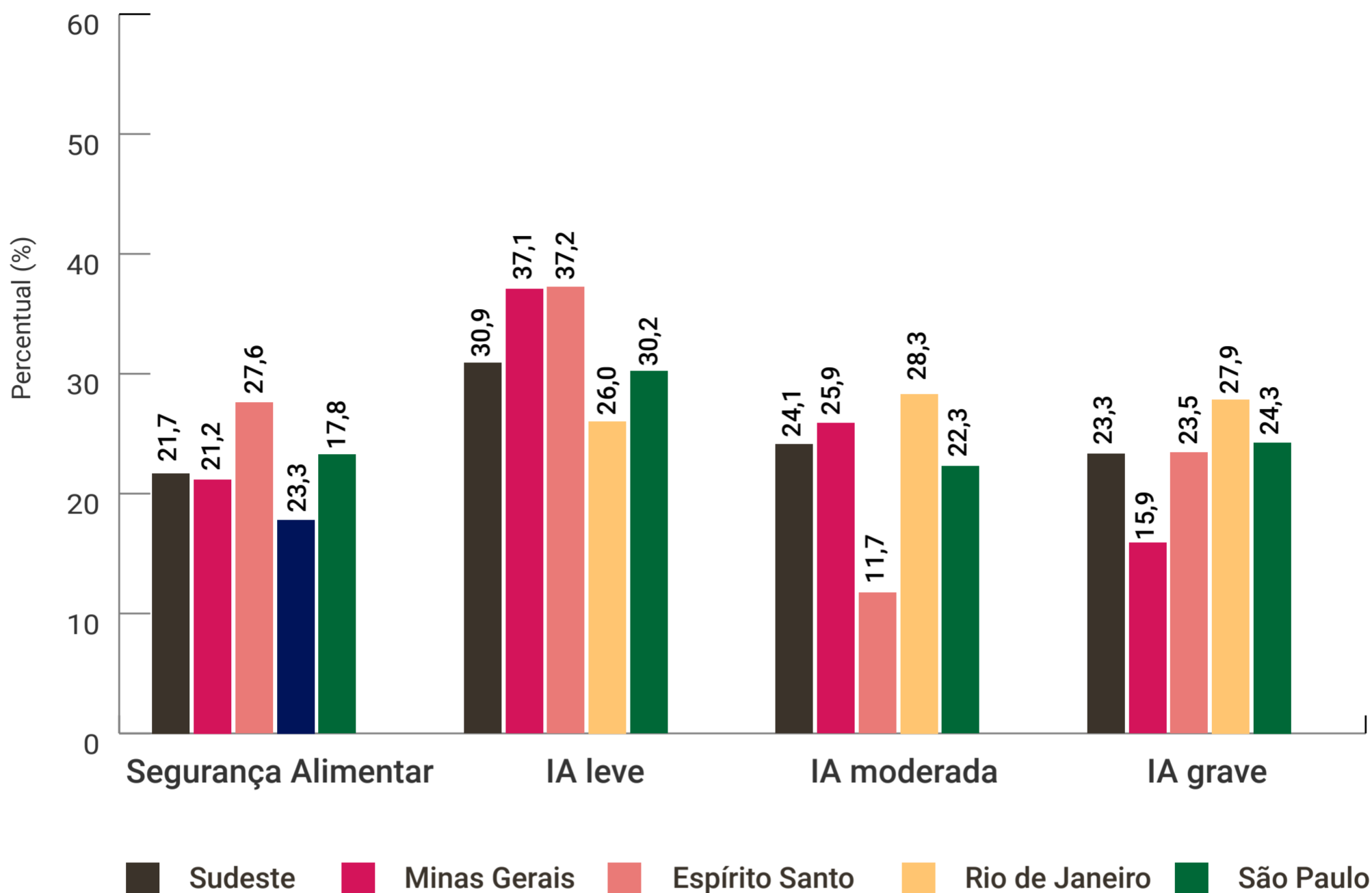
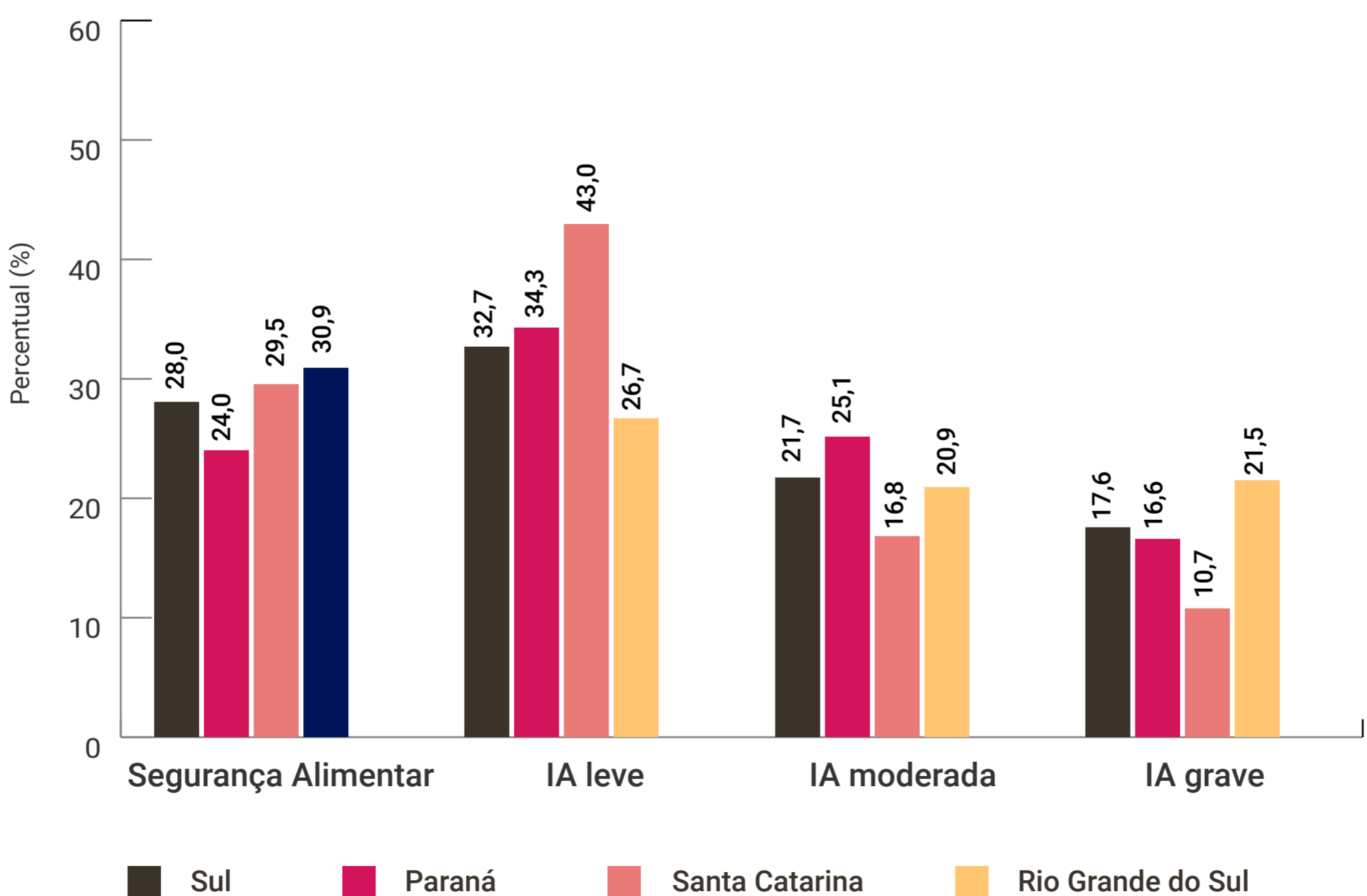


FIGURA 7

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nos domicílios, segundo situação de endividamento nas famílias, macrorregião Sul e Unidades da Federação. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



A photograph of a woman and a young child in profile, looking towards the right. They are set against a warm, golden background that suggests a sunset or sunrise over a body of water. The woman is in the foreground, and the child is slightly behind her. The lighting is soft and directional, highlighting their profiles.

Considerações finais

Considerações finais

Se as diferenças entre as macrorregiões, demonstradas no relatório do II VIGISAN, revelam um traço marcante das iniquidades relativas ao acesso à alimentação suficiente e de qualidade, é possível, agora, identificar situações específicas desta condição no interior de cada uma delas. Embora a IA tenha se disseminado como um fenômeno social de dimensões nacionais, os dados aqui expostos permitem identificar situações típicas e agravadas nas regiões mais pobres do país. Sendo, entretanto, importante frisar que mesmo nas regiões mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste, ficou evidente, em seus estados, a relação entre pobreza e a IA em todos os níveis, aí incluída a fome. Desta forma, foi possível identificar discrepâncias significativas entre estados de uma mesma região, assim como situações que destoam significativamente do panorama nacional. Tal perspectiva é potencializada pelas vinculações aqui indicadas entre a SA/IA e as demais condições socioeconômicas, como renda, emprego, endividamento, escolaridade, composição das famílias e acesso a benefícios sociais. Revelou-se um mosaico espacial da Insegurança Alimentar no País, ao mesmo tempo em que foram fornecidas evidências essenciais para a formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no plano local.





As diferenças entre os estados estão ligadas tanto aos processos históricos de suas dinâmicas populacionais, estruturas socioeconômicas e processos políticos, quanto à aderência das decisões político-administrativas e das agendas de organizações sociais às necessidades de suas populações locais.

Além de fomentarem reflexões sobre dinâmicas locais, as evidências aqui apresentadas permitem detectar similaridades entre estados e estabelecer conexões com os processos nacionais causadores das mazelas intrínsecas à Insegurança Alimentar. É importante, portanto, vincular esses processos aos seus determinantes socioeconômicos e políticos, assim como às transformações que abarcam igualmente estados de diferentes regiões administrativas. Uma análise detalhada das questões aqui suscitadas vai além das possibilidades do presente Suplemento que, espera-se, irá subsidiar o trabalho a ser desenvolvido por pesquisadores interessados em explorar as realidades particulares de cada estado da Federação. Por fim, paralelamente aos desafios que o grave problema da fome coloca ao Governo Federal, o presente diagnóstico contém subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no plano estadual.



Referências

BEM-LIGNANI, J.; PALMEIRA, P. A.; ANTUNES, M. M.; SALLES-COSTA, R. Relationship. Between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Rev. Bras. Epidemiol.*, n. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200068>. Acesso em: 3 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento – da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: Consea, 2010.

DE PAULA, N. Tendencias a la universalización del consumo alimentario. In: BENZA, S.; SAMMARTINO, G.; VACCAREZZA, F. (orgs.). Alimentación, cultura y nutrición: aportes desde el patrimonio, las políticas públicas y el abordaje de los padecimientos. 1ª ed. Buenos Aires: Libro Digital DOC, 2021. v. 1, p. 8-16.

_____; ZIMMERMANN, S. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. *Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, ano. 10, n. 19, p. 55-67, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/issue/view/307>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DEL GROSSI, M. E.; DAHLET, G.; DE LIMA, P.; CEOLIN, S. Brazil's Fome Zero strategy. In: SILVA, J. G. (org.). From Fome Zero to zero hunger: a global perspective. 1ª ed. Rome: FAO, 2019. v. 1, p. 21-43.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. A. Políticas públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. 34 p. (Série Saúde Amanhã). Textos para Discussão, 83. Disponível em: https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/03/Delgad_NGZimmermann-SA_Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-soberania-esequan%C3%A7a-alimentar-no-Brasil_TD_83_final-1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022

DOS SANTOS, T. G. et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” 2004, 2009 e 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00066917>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FIGUEIREDO, N.; DE PAULA, N. M. Desafíos en las políticas públicas de seguridad alimentaria en México: un estudio del programa desayunos escolares. *Estudios Sociales*, v. 31, p. 2-39, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24836/es.v31i57.1110>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, Berlin, n. 4., 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.17169/refubium-29554.2>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Dados sobre os resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) aplicada na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2013 apud PNAD: insegurança alimentar nos domicílios cai de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013. Agência IBGE de Notícias, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agenciasala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14735-asi-pnadinseguranca-alimentar-nos-domicilios-cai-de-302-em-2009-para-226-em-2013>. Acesso em: 16 maio 2021.

_____; COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p., il. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MALUF, R. S. *Segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por covid-19. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): a tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil. *Global Public Health*, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1850828>. Acesso em: 11 maio 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: I VIGISAN. 2021. E-book. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 3 agosto 2022.

_____. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN, 2022. (Análise, 1). E-book. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SALLES-COSTA, R. et al. National trends and disparities in severe food insecurity in Brazil between 2004 and 2018. *Current Developments in Nutrition*, v. 6, n. 4, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cdn/nzac034>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. 148 p. il. (Coleção Temas em Saúde).

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. A transferência de renda no Brasil e a insegurança alimentar: analisando a PNAD 2004. *Rev. Nutr., Campinas*, v. 21, supl., p. 39-51, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/QvPkFD7n4HrYfPMWcP9DfLJ/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; MELGAR-QUIÑONES, H.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Refinement of the Brazilian household food insecurity measurement scale: recommendation for a 14-item EBIA. *Rev. Nutr., Campinas*, v. 27, p. 241-251, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000200010>. Acesso em: 23 ago. 2022.

UNICEF. Impactos primários e secundários da covid-19 em crianças e adolescentes: relatório de análise. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentesibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

REALIZAÇÃO



EXECUÇÃO



PARCERIA DO II VIGISAN



act:ionaid



FORD
FOUNDATION



IBIRAPITANGA



OXFAM
Brasil



APOIO



PURPOSE